

ATA NÚMERO SEIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE BARCELOS

-----Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, reuniu, pela sexta vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por editais datados de dezanove e vinte e quatro de setembro de dois mil e dezanove, os quais foram afixados nos lugares habituais e publicados num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação da ata da sessão de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove;-----

-----Ponto dois – Apreciação e votação das recomendações da Comissão Municipal de Acompanhamento do Processo da Linha de Muito Alta Tensão (LMAT), aprovadas em reunião de dezoito de setembro de dois mil e dezanove;-

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privativo municipal de uma parcela de terreno com a área de mil, quatrocentos e noventa e cinco metros quadrados, sita na Rua Pena do Picoto (Loteamento



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Picoto), freguesia de Macieira de Rates;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte relativas às receitas municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Participação no IRS e Derrama;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a revogação da deliberação da Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove, relativa à proposta número vinte e seis, e a aceitação da transferência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e vinte;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a nomeação do Auditor Externo – Empresa Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda. –, para efetuar auditoria externa às contas do município;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento contínuo de *catering* e afins no âmbito dos eventos organizados pelo município;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de consultoria no âmbito dos fundos comunitários;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento de fruta escolar aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de disponibilização de Plataforma WEB de gestão de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

refeições, transportes escolares e inventariação do património escolar;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de geolocalizadores para a frota municipal;-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da Casa Ascensão Correia;-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da antiga Escola Gonçalo Pereira;-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a requalificação do Largo Dr. José Novais;-----

-----Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a construção do Canil e Gatil – Bem-estar e saúde animal;-----

-----Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção da Estação Elevatória EE doze, na Rua do Rio Cávado, freguesia da Pousa;-----

-----Ponto dezassete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, sita no lugar da Piadela, freguesia da Lama;-----

-----Ponto dezoito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à legalização da ampliação e das alterações efetuadas num edifício industrial tipo III (fabricação de máquinas alimentares, de bebidas



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e de tabaco), situada na Rua da Aldeia Nova, número quarenta e quatro, União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália;-----

-----Ponto dezanove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à instalação de uma indústria tipo III (fabricação de todo o tipo de peças de cerâmica), localizada na Avenida Francisco Araújo Gomes, número quatrocentos e sessenta e dois, freguesia de Oliveira;-----

-----Ponto vinte – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício de apoio ao Parque Lagoas de Areias de vilar, freguesia de Areias de Vilar;-----

-----Ponto vinte e um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adelino Lima da Silva Fernandes, Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Martins da Silva, Alberto Maria de Sousa Pinto Martins, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Álvaro Manuel Fernandes Araújo, Amândio da Costa Maia, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Rita da Silva Torre, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Joaquim da Costa Lima, António Manuel Faria da Costa, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Avelino Manuel Coelho Miranda, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Casimiro da Silva Rodrigues, Catarina Marina Faria Duarte, Catarina Sofia Martins de Sá, Daniel Fernandes de Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

David José Falcão Torres, David José Pereira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Fernando José Gonçalves Pinto, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique Pedro Sousa Roselho, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilídio Morais Rodrigues, Isaiás da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, João Alberto Novais Alves, João Miguel Pedrosa Rodrigues, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pontes da Silva, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Miguel Sousa Carvalho, José António Gomes Coelho, José António Passadiço Serra, José Augusto Martins de Figueiredo, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Carvalho Lopes, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Maia Matias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Júlio Manuel da Silva Loureiro, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Costa Moreira de Sá, Manuel Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria de Fátima Ferreira de Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria de Lurdes da Silva Miranda, Maria Madalena Sequeira Ferreira, Maria Teresa Araújo Martins Falcão, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Marina



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Céu Miranda Coelho, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Natalina de Sá, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Miguel Machado Martins, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otilia Arminda Oliveira Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Miguel Ramos Lima, Ricardo Barroso da Silva, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Toni Melo Fernandes, Vasco André Gomes de Deus Real, Vítor Manuel Arantes Ferreira da Silva.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----Joaquim Barbosa Dantas, Jorge César Fernandes da Silva, José da Costa Monteiro.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite, Senhora Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores e a quem nos acompanha também via *Web*.-----

-----Vamos dar início à sessão pública ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove.-----

-----Antes de avançarmos com os trabalhos, quero comunicar à Assembleia que na terça-feira realizou-se uma reunião com os líderes dos grupos municipais, nessa reunião foram abordadas várias questões, entre elas, aquilo que interessa ao caso, da introdução na ordem de trabalhos de um conjunto de propostas oriundas do executivo municipal e que pela sua urgência e pelo seu interesse teriam que ser discutidos em Assembleia Municipal até ao dia trinta. E assim houve consenso, unanimidade, relativamente à introdução desses temas na ordem de trabalhos, daí que o edital convocatório tenha sido alterado, com o



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimento dos dois dias úteis que a lei refere, e temos hoje não os sete pontos inicialmente indicados mas vinte e um.-----

-----Pela reunião de líderes realizada há minutos e que peço desculpa por vos ter feito esperar um pouco pelo início desta Assembleia, foi também consensual que relativamente às matérias hoje em discussão dos pontos sete a quinze, que são propostas de discussão e votação de autorizações para a assunção de compromissos plurianuais, e também um lote de propostas de dezasseis a vinte, que são propostas de reconhecimento de interesse público, fossem discutidas em bloco e votadas uma a uma.-----

-----Relativamente à ordem de trabalhos e designadamente antes da ordem do dia, dei a conhecer aos senhores líderes dos grupos municipais que a senhora vice-presidente, uns minutos antes da ordem prevista para o início desta Assembleia, me entregou um documento que lhe foi entregue pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Barcelos, com o pedido de que a mesa tomasse conhecimento dessa comunicação e de que a mesma fosse lida aos senhores deputados no início da sessão, nos sessenta minutos destinados à discussão de assuntos e conforme o regimento que prevê também a possibilidade de ser transmitido o expediente.-----

-----A mesa entende fazer essa comunicação e essa leitura, não houve consenso dos líderes dos grupos municipais sobre esta matéria. Portanto, a decisão da mesa é esta, de proceder à leitura do documento, se algum senhor deputado não concordar faz o favor de se pronunciar, para recorrer desta decisão da mesa para o plenário e se proceder à votação da questão em causa, ou seja, se este documento é lido ou não é lido, e ultrapassarmos esta questão formal.-----

-----Algum senhor deputado quer recorrer desta decisão da mesa?-----

-----Ninguém se pronuncia?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

------(Ninguém)-----

-----Então, iria pedir ao senhor secretário António Saleiro o favor de proceder à leitura deste documento, peço a vossa atenção, e quanto maior for o silêncio mais breve será essa leitura.-----

-----Muito obrigado.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – “Discussão na Assembleia Municipal de Barcelos.-----

-----Miguel Costa Gomes.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

-----Excelentíssimos Senhora Primeira Secretária e Senhor Segundo Secretário,-----

-----Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores,-----

-----Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,-----

-----Excelentíssimas Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,-----

-----Caras e Caros Barcelenses,-----

------(Permitam-me um cumprimento muito especial a quem nos acompanha via *Web*).-----

-----Sejam bem-vindos a esta casa, ao Fórum da Democracia Municipal Barcelense.-----

-----Quero cumprimentar-vos na qualidade de Presidente da Câmara de Barcelos em pleno exercício de funções, mas por força do impedimento que me foi imposto não me é possível fazê-lo pessoalmente; e por isso gostaria de cumprimentar-vos em meu nome pessoal, como cidadão barcelense e democrata.-----

-----Permitam-me que enderece um agradecimento especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, doutor Horácio Barra, pela disponibilidade e solidariedade que sempre demonstrou ao longo deste processo.-----

-----Antes de vos dizer por que razão me estou a dirigir a esta Assembleia,



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quero agradecer-vos a atenção que me vão dispensar durante a leitura desta mensagem, e quero crer que as minhas palavras não serão ditas nem ouvidas em vão.-----

-----Serão palavras de otimismo e esperança no futuro, mas também de alguma apreensão com as circunstâncias singulares em que vivemos. Refiro-me, neste caso em especial, ao rumo que a democracia está a seguir um pouco por todo o mundo, através da proliferação de movimentos políticos populistas, que têm vindo paulatinamente a apoderar-se do poder político, tomando decisões contrárias às conquistas sociais que a nossa civilização tem conseguido obter ao longo do tempo.-----

-----Citando Boaventura de Sousa Santos, “As democracias também morrem democraticamente”, e é isso que está a suceder em várias geografias, tanto no continente europeu como no americano.-----

-----Portugal também tem assistido a alguns assomos de populismo, cuja lógica se centra em mensagens simples, vazias de conteúdo, focadas no ódio a quem pensa de forma diversa e que passa a ser tratado, pelos populistas, como um inimigo a abater, em vez de um adversário cujo pensamento deve ser respeitado, apesar de divergente. Os populistas fazem apelos ao povo contra as elites, culpadas por eles de todos os males do mundo, e que são muitas vezes as elites políticas de um país.-----

-----A democracia em Portugal, à semelhança de outro regime democrático qualquer, não está imune aos ataques perpetrados aos princípios fundamentais que a sustentam. É um erro pensar-se que, depois de implantada, a democracia se torna adquirida para sempre ou até que não pode ser melhorada para responder mais cabalmente às exigências dos cidadãos e às circunstâncias do seu tempo. Quem pensa assim está a contribuir para o risco de tornar vulnerável o regime democrático, de abrir brechas para os populistas, os



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autocráticos ou mesmo os fascistas, como agora se observa em países nos quais seria impensável imaginar-se, há alguns anos, que isso pudesse acontecer.-----

-----Todos os cidadãos de bem têm de estar atentos às investidas não democráticas ou mesmo antidemocráticas que vão surgindo. Mas nós – e dirijome agora a quem tem responsabilidades políticas – temos a obrigação de identificar, denunciar e combater os inimigos da democracia, estejam onde estiverem e assumam as funções que assumirem.-----

-----Quando a democracia está em causa, temos de ter a coragem de nos entrincheirarmos para a defender, fazendo-o em nome de quem representamos, em nosso próprio nome e também em nome dos nossos filhos e de todas as gerações que nos vão suceder.-----

-----Como é do conhecimento público, quando fui convidado pela Concelhia de Barcelos do Partido Socialista para liderar a lista de candidatos ao executivo da Câmara Municipal nas eleições autárquicas de dois mil e nove, aceitei o convite de bom grado, não sem antes ter refletido demoradamente sobre o que estava em causa e de ter obtido a aprovação da minha família, pois sabia que a exigência do cargo iria transformar radicalmente o meu quotidiano familiar.-----

-----Até então, a minha vida de trabalho fora pautada por dois eixos de atuação: a atividade empresarial, de onde obtinha os meus rendimentos económicos, e a não menos importante atividade associativa, exercida graciosamente, dedicada à defesa dos empresários barcelenses, industriais e comerciantes. A primeira realizava-me como profissional; a segunda como cidadão.-----

-----Quando o convite do Partido Socialista surgiu em dois mil e oito, senti-me naturalmente honrado com a possibilidade de poder dar o meu contributo à cidade e ao concelho onde nascera, vivia, e tanto amava e amo, mas consciente da responsabilidade que o cargo de presidente da Câmara exigia. Nesse



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contexto, parti para a campanha eleitoral com a vontade dos vencedores, e para surpresa dos nossos adversários – mas não para nossa surpresa – ganhámos as eleições para a Câmara de Barcelos, o que me fez Presidente da Câmara Municipal.-----

-----Depois disso, acompanhado pela minha equipa (e naturalmente pelo conjunto de funcionários do Município) trabalhei intensamente durante cerca de dez anos, sempre disponível durante as vinte e quatro horas do dia, dando o melhor que sabia aos barcelenses e a Barcelos, tomando as decisões que, em consciência, e em função dos dados disponíveis, me pareceram as melhores decisões, aquelas que eu achava que poderiam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos barcelenses e do progresso do nosso concelho.-----

-----Fui sempre intransigente quanto à defesa dos interesses de Barcelos e dos barcelenses. Nunca hesitei em adotar medidas difíceis, por vezes contra o pensamento da oposição ou de interesses instalados, porque em consciência eu sabia que estava do lado certo da história.-----

-----Um dos exemplos mais notórios acerca desta atitude é o processo relativo ao contrato da água e saneamento, embrulhado numa série de nós que se mostraram difíceis de desatar, tal era o emaranhado em que fora concebido. Tratava-se de um contrato que só prejudicaria os interesses barcelenses se não tivesse sido travado a tempo e renegociado com os acionistas da empresa concessionária, tal como fizemos.-----

-----Durante o primeiro mandato, o executivo do Partido Socialista fez um trabalho de grande qualidade que mereceu o reconhecimento dos barcelenses, pois ganhámos por larga margem as eleições de dois mil e treze, conquistando a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a maioria das freguesias do concelho.-----

-----O resto da história é conhecida, e traduziu-se numa nova vitória nas



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autárquicas de dois mil e dezassete, conduzindo-nos ao terceiro e último mandato deste ciclo, que terá percorrido agora sensivelmente a sua primeira metade.-----

-----Depois deste trabalho e dedicação à causa pública, a minha expectativa sobre o futuro do concelho de Barcelos é francamente positiva. O projeto que delineámos em dois mil e oito para ser iniciado no ano seguinte e levado a cabo pelo menos durante três mandatos sob a minha liderança, num total de doze anos, é para prosseguir pelas mãos do Partido Socialista, pois responde aos desejos e necessidades dos barcelenses, cuja aprovação política ficou bem expressa nas sucessivas eleições autárquicas.-----

-----Apesar do sucesso do exercício destes anos de gestão socialista, ou talvez por causa dele, ao longo do tempo fomos por vezes confrontados com denúncias anónimas na Polícia Judiciária e insinuações publicadas localmente em letra de jornal sobre eventuais ilegalidades praticadas por mim ou por outros membros do executivo, mas como é do domínio público, todas elas sem alicerces sólidos que pudessem indiciar algum género de crime, como pretendiam os seus autores.-----

-----Foram sempre delações infundadas, como se viria mais tarde a demonstrar durante os respetivos processos de investigação. Apesar disso, como se compreende, essas acusações criam necessariamente desconforto às pessoas de bem que dedicam uma parte significativa da sua vida à coisa pública, como é o meu caso. As pessoas de bem nunca estarão completamente preparadas para enfrentarem de ânimo leve situações de manifesta injustiça, como sucedeu várias vezes com as denúncias anónimas e as insinuações sem fundamento.-----

-----Ao longo desse tempo, embora eu soubesse que viria a ser confrontado politicamente por causa das decisões que tomava, nunca esperei que a minha



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vida pessoal fosse tão vilipendiada, e que o seria apenas para proveito de terceiros, alguns deles muito bem identificados, cujos nomes e interesses particulares são sobejamente conhecidos.-----

-----No exercício de cargos públicos de natureza política, qualquer pessoa deve estar preparada para o confronto de valores, a luta ideológica, o combate partidário, por vezes intenso e duro, mas ninguém deveria ser obrigado a suportar a calúnia e o insulto gratuitos, e simultaneamente verificar que os seus autores não são responsabilizados, muitas vezes em nome de uma suposta liberdade de imprensa e noutras vezes por se considerar que essas atitudes são intrínsecas à luta política, e, nessa perspetiva, legítimas.-----

-----Mas como *quem não se sente não é filho de boa gente*, tal como diz o provérbio popular, essas situações, em si mesmo desagradáveis e difíceis de lidar, tornam-se muito desconfortáveis para as pessoas de bem que detêm responsabilidades políticas, mas que são obrigadas a suportá-las por dever de ofício, como se ser insultado e caluniado fizesse parte de algum ofício.-----

-----Talvez seja por essa razão que muitos cidadãos com provas dadas na sua vida pessoal e profissional e qualidade reconhecida no seio da sociedade, sobre os quais se julga que poderiam vir a ser excelentes decisores e gestores políticos, se afastam liminarmente dessa possibilidade para não terem que passar por circunstâncias confrangedoras e processos injustos, onde a sua vida profissional, pessoal e familiar possa ser posta em causa continuamente por denúncias anónimas e uma série de falsidades produzidas ao abrigo de uma suposta liberdade de expressão.-----

-----Evidentemente, não está aqui em causa a liberdade de expressão, que constitui um dos pilares fundamentais da democracia. O que está em causa é a interpretação que é dada pelos tribunais (ou por alguns juízes) ao conceito de liberdade de expressão, porque parece que se pode dizer e publicar tudo o que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se quiser, incluindo insultos e calúnias, desde que o alvo seja uma personalidade política.-----

-----O nosso país é um Estado de direito democrático baseado na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes.-----

-----Um Estado de direito democrático pressupõe, por um lado, a existência de um Estado de direito, e, por outro lado, uma democracia. O direito e a democracia estabelecem entre si um vínculo de reciprocidade segundo o qual cada um deles não é possível sem o outro. Um Estado é de direito na medida em que for democrático; e é democrático na medida em que for de direito.-----

-----O poder judicial é o principal suporte de um Estado de direito e por isso é sensato que esteja separado dos outros poderes, possuindo um estatuto próprio que lhe permita agir sobre os outros órgãos de soberania, de acordo com certas regras. O que já não parece sensato é que o faça na ausência de mecanismos de controlo democrático e no respeito pela separação e interdependência de poderes.-----

-----Em Portugal, o poder judicial escapa a qualquer escrutínio democrático, transformando-se num Estado dentro do próprio Estado. Esta forma de interferência crescente do poder judicial nos demais poderes recebe o nome de judicialização da política. A judicialização da política tem colocado o poder judicial em conflito com o poder político.-----

-----A este fenómeno não será estranho o facto de os responsáveis políticos estarem a tomar crescentemente decisões populistas quando, por exemplo, entregam aos tribunais matérias que poderiam e deveriam ser esgrimidas do ponto de vista ético e político pelos próprios políticos, independentemente da sua hipotética relevância criminal. Ao fazê-lo, os políticos desresponsabilizam-se do combate de ideias, permitindo aos juízes que interfiram na sua esfera de



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atuação.-----

-----Por exemplo, em nome da transparência e do combate à corrupção, o poder judicial tem vindo a assumir um papel político cada vez mais interventivo na sociedade portuguesa. O poder judicial, pelas mãos do Ministério Público, servindo-se da voracidade informativa e instantânea dos meios de comunicação social, e sendo ele próprio compelido a mostrar serviço através dos jornais e televisões, tem atuado de uma forma que eu classificaria de persecutória em relação à classe política. Basta contarmos o número de casos investigados e aqueles, muito poucos, que chegam aos tribunais.-----

-----Como noticiaram os jornais Público e Expresso em junho passado, nos primeiros seis meses de dois mil e nove só seis por cento dos processos de corrupção resultaram numa acusação do Ministério Público.-----

-----Deixem-me citar o Jornal Público, que diz o seguinte:-----

-----*“António Ventinhas, procurador e presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, disse ao semanário que a taxa de arquivamento (dos processos de crime por corrupção) é superior à média da de outros crimes porque, em primeiro lugar, o Ministério Público não pode avançar com acusações sem ter provas. E o que acontece é que algumas das denúncias acabam por ser falsas e com motivações de índole eleitoral, ou então não é possível estabelecer-se uma ligação entre determinado ato e o recebimento de alguma vantagem”*.-----

-----Fim de citação.-----

-----Como se observa, é um alto responsável do poder judicial a reconhecer a falência da esmagadora maioria dos processos, por razão da falta de provas ou pelo facto das denúncias serem falsas e com motivações eleitorais.-----

-----É esta leveza em relação a um assunto tão sério, ampliada pela comunicação social, que ajuda a criar no espírito dos cidadãos a ideia de que os



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

políticos são todos desonestos.-----

-----Ora, essa ideia é perigosa, completamente antidemocrática, mas infelizmente tem vindo a ser alimentada pelas ações do poder judicial, que atua sem qualquer controlo democrático, causando danos irreparáveis a muitos cidadãos, desrespeitando o teor do artigo primeiro da Constituição Portuguesa que determina que Portugal é uma República soberana baseada na dignidade da pessoa humana. Portanto, a dignidade humana é o primeiro preceito a ser observado.-----

-----Esta Assembleia que se encontra a ouvir as minhas palavras é composta por políticos, pessoas que eu conheço bem, todos eleitos pelo povo nas autárquicas de dois mil e dezassete, uma parte por sufrágio direto e outra parte por inerência do cargo de presidente de Junta. Reflitam todos comigo, por favor, sobre o perigo de propagação da ideia falsa e vil de que todos os políticos são corruptos.-----

-----Pensem, por favor, que todos vocês pertencem à classe política; e que servem a vossa terra e as vossas gentes com denodo, tantas vezes com sacrifícios pessoais e familiares. Nenhum de vocês gostará de ouvir dizer que “todos os políticos são desonestos”, disso tenho eu a certeza.-----

-----Não está em causa a pertinência e urgência do combate à corrupção. A corrupção é incompatível com um Estado de direito democrático e deve ser combatida por todos. O que está em causa – isso sim! – é a forma leviana como os responsáveis políticos, de uma maneira geral e salvo as necessárias exceções, têm sido tratados pelo poder judicial, pois antes de serem responsáveis políticos, são cidadãos a quem deve ser assegurada a dignidade humana, como diz o artigo primeiro da Constituição da República Portuguesa.-----

-----Esses cidadãos têm uma reputação a defender. São pessoas humanas que vivem no seio de uma família e de uma sociedade que os conhece bem. São



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cidadãos que têm pais, filhos, marido ou mulher, vizinhos, pessoas conhecidas ou outras que os conhecem, mas que todos se habituaram a respeitá-los ao longo da vida. Não se pode destruir uma reputação e as relações criadas e construídas durante uma vida sem que haja uma razão muito forte para o fazer.-----

-----Ora, este desconforto não acontece com os juízes de instrução criminal envolvidos nestes processos. Um juiz de instrução criminal que toma uma decisão que mais tarde se vem a provar ter sido precipitada e injusta, prejudicando para sempre o acusado, tantas vezes roubando-lhe a vida profissional, social e familiar, esse juiz criminal, dizíamos, não sofre qualquer consequência. Raramente um juiz é punido por ter tomado más decisões.-----

-----É evidente que *errar é humano*, como sói dizer-se, e não viria grande mal ao mundo se as más decisões tomadas pelos juízes de instrução criminal sucedessem pontualmente. Mas, infelizmente, não é assim que se passa, não é isso que os números dizem. Perdoem-me por eu insistir nos números. Não sei o que esta plateia pensa, mas eu considero muito grave que apenas seis por cento dos processos de corrupção tenham resultado numa acusação do Ministério Público.-----

-----E é preocupante que o senhor procurador e presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público tenha reconhecido que o Ministério Público não pode avançar com acusações sem ter provas e que algumas das denúncias são falsas e têm motivação de índole eleitoral.-----

-----Sendo assim, pergunto:-----

-----Não estará o Estado de direito democrático subvertido?-----

-----A garantia de efetivação da dignidade humana plasmada no artigo primeiro da Constituição Portuguesa não será hoje apenas letra-morta?-----

-----Não seria sensato penalizar quem leviana e sistematicamente produz



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decisões judiciais que mais tarde se vêm a revelar más decisões que prejudicam seriamente quem é injustamente acusado?-----

-----Estas matérias deveriam ser objeto de uma discussão alargada e de um amplo consenso. Não me parece que seja difícil de conseguir um acordo se os responsáveis políticos, à mesa das negociações, não cederem à tentação do populismo, guardando-o na gaveta.-----

-----Chegado aqui, não poderia deixar de referir a posição clara do candidato do PSD a primeiro-ministro de Portugal, doutor Rui Rio, que passo a citar:-----

-----*“Comecei na política ainda antes do vinte e cinco de abril a lutar pela democracia. Tenho agora um país em que os julgamentos, em vez de se fazerem no tribunal, muitos deles fazem-se nas tabacarias e nos ecrãs de televisão. Isto é absolutamente inadmissível. Dá-se cabo das pessoas. Julgamentos a chegarem a tribunal e, particularmente, a transitarem em julgado com a complexidade daqueles que diz e muitos outros, nada!”*.-----

-----Fim de citação.-----

-----Continuemos a ouvir as palavras do doutor Rui Rio, agora em relação à separação e interdependência de poderes e ao escrutínio democrático sobre o poder judicial, que é hoje inexistente:-----

-----*«Ninguém quer políticos na justiça. O que se quer é “um controlo efetivo da sociedade sobre o funcionamento da justiça” porque “em democracia não pode haver nenhum poder que não esteja sujeito ao controlo e fiscalização do povo”*»-----

-----E continua o doutor Rui Rio:-----

-----*“Se é verdade que não queremos a política na justiça, também não é menos verdade que não queremos a justiça na política”*.-----

-----E acrescenta o doutor Rui Rio:-----

-----*“Se são intoleráveis as pressões de políticos sobre o sistema judicial,*



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também não são menos intoleráveis as pressões ou a gestão de processos judiciais em função de objetivos de natureza política”.-----

-----Fim de citação.-----

-----Se me permitem, deixo esta matéria à reflexão desta Assembleia.-----

-----Gostaria agora de vos falar da suspeita infundada de que fui alvo, cuja medida de coação me obriga a permanecer na minha habitação.-----

-----A suspeita que pende sobre mim é completamente insustentável, mas já provocou danos irreparáveis à minha vida pessoal, social e política. Chega, até, a ser ridícula.-----

-----Senão vejamos: eu não sou suspeito de ter obtido benefícios patrimoniais ilegítimos, tais como receber dinheiro, jantares, viagens, férias, automóveis ou qualquer outro bem; eu sou suspeito de ter beneficiado uma empresária – Manuela Couto, mulher do Presidente da Câmara de Santo Tirso, Joaquim Couto – para receber favores políticos do marido dela. Insisto: sou suspeito de ter recebido apoio político!-----

-----E de que apoio político se trata, pergunta-se? O Ministério Público diz que eu contratei os serviços das empresas de Manuela Couto para beneficiar da suposta influência do seu marido junto do Partido Socialista em Lisboa de modo a fazer eleger o camarada Manuel Mota a Presidente da Concelhia de Barcelos do PS. Ora, como se compreende, esta suspeição é ridícula, pois Manuel Mota não foi indigitado para o cargo pelo PS em Lisboa, mas sim eleito pelos militantes socialistas de Barcelos, que é o procedimento habitual de qualquer concelhia deste país.-----

-----Além disso, eu teria que ter uma capacidade notável para adivinhar o futuro, pois assinei o primeiro contrato com uma das empresas de Manuela Couto em fevereiro de dois mil e dezassete, e outros assinaram entre dois mil e onze e dois mil e dezasseis e o suposto benefício de que sou acusado só terá



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido obtido em dois mil e dezoito. Ridículo, uma vez mais, e sem comentários!---

-----Um dos “fortes indícios” que o Ministério Público diz possuir para me querer acusar é o facto de Manuela Couto, supostamente a meu pedido, se ter socorrido do seu marido para obter o número de telemóvel de Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, vão-me permitir a interrupção, eu já pedi silêncio para ouvir, quanto mais rapidamente for lido mais rapidamente passamos... Senhores deputados, desculpem, isto não tem comentários da vossa parte. Eu no princípio perguntei se alguém queria requerer para o plenário, ninguém se pronunciou. Isto é a casa da democracia, vocês vão ter a paciência de ouvir até ao fim a leitura, já não falta muito, e depois dirão o que bem entenderem. Mas, neste momento, fazem o favor de fazer silêncio e de deixar ler o documento que falta ler.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – “O Ministério Público não diz por que razão acha que eu quis o número de telefone do senhor Secretário de Estado (o que torna incompreensível o motivo por que esse aspeto é referido), mas é claro que ignora profundamente que quando um Presidente de Câmara deste país (e, no meu caso pessoal, também vice-presidente da Associação Nacional de Municípios) deseja falar com um Secretário de Estado ou qualquer outro membro do Governo, não precisa de andar a pedir favores desses ou a “meter cunhas”, pois basta contactar os serviços do Governo em Lisboa e agendar uma reunião.-----

-----Sou ainda suspeito de ter beneficiado as empresas de Manuela Couto para obter apoio político da Concelhia de Santo Tirso para a minha suposta candidatura à Presidência da Federação do PS de Braga. Ora, não se vislumbra como é que eu poderia ganhar as eleições da Federação do PS de Braga, para a qual não me candidatei, através do apoio da Concelhia de Santo Tirso, que nem



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sequer pertence ao Distrito de Braga, mas antes ao do Porto. Outra vez ridículo, como salta à vista!-----

-----Por tudo isto – que em rigor é nada – sou suspeito do crime de corrupção passiva e de prevaricação, neste último caso porque a Câmara Municipal de Barcelos contratou os serviços das empresas de Manuela Couto mais do que uma vez ao longo dos anos.-----

-----Assim, quando o senhor doutor juiz me sugeriu, de forma implícita, que eu renunciasse ao cargo de Presidente de Câmara de Barcelos, silenciosamente recusei. Estaria em causa o princípio da separação de poderes consagrado na Constituição da República. E seria, também, uma cedência lamentável ao populismo.-----

-----O poder judicial não pode – sem razões para isso, numa postura populista e pressionado pelos meios de comunicação social – desfazer a vontade dos cidadãos expressa nas urnas eleitorais.-----

-----Todavia, apesar de eu estar injustamente sob suspeita, como daqui a algum tempo se concluirá, gostaria que ficasse claro que a minha confiança na Justiça permanece inalterável, pois não confundo a árvore com a floresta. A Justiça é uma instituição fundamental de um Estado de direito democrático, e não serão incidentes como este pelo qual estou a passar – alimentados por ventos populistas, mas porventura episódicos, assim quero crer – que farão abalar a minha confiança no poder judicial e na maioria dos seus protagonistas.-

-----Portanto, estou certo de que as suspeições que pendem sobre mim cairão como um castelo de cartas quando forem analisadas noutra instância judicial, agora por três desembargadores, e o processo nem irá a julgamento. Será mais um, assim espero, a juntar-se aos noventa e quatro por cento de processos de acusação de corrupção instruídos pelo Ministério Público que ficam pelo caminho por falta de provas ou por terem sido originados em



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

denúncias falsas, como referiu o senhor procurador e presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.-----

-----Permitam-me, para concluir, uma breve nota final de agradecimento a todos aqueles que quiseram manifestar a sua solidariedade e indignação pela injustiça de que estou a ser alvo.-----

-----Para além de ter recebido o apoio de familiares e amigos, o que é natural e expetável, tenho tido a felicidade de receber cumprimentos de imensos barcelenses, o que muito me tem sensibilizado.-----

-----Alguns deles fazem questão de me dar um abraço, visitando-me em casa, outros enviam-no por interposta pessoa, mas de todos eles recebo esse abraço com enorme satisfação.-----

-----São barcelenses de todas as sensibilidades partidárias os que me têm manifestado solidariedade, tanto simpatizantes, como militantes ou até dirigentes das estruturas locais.-----

-----Mas tenho recebido também a visita de colegas de trabalho, como presidentes de Câmara, principalmente da nossa região, assim como empresários, dirigentes associativos, sindicalistas, muitos socialistas do nosso concelho, principalmente autarcas de todos os partidos e os candidatos do Partido Socialista nas autárquicas de dois mil e dezassete.-----

-----É o calor de todas estas pessoas que me faz acreditar que, apesar dos perigos da judicialização da justiça e do populismo crescente, vale a pena dedicarmos uma parte da nossa vida à coisa pública, desde que estejamos atentos à qualidade da democracia e predispostos a defendê-la, respeitando a Constituição da República Portuguesa.-----

-----Muito obrigado pela vossa atenção e conto com um até breve.-----

-----Muito obrigado pela vossa solidariedade.-----

-----Viva Barcelos e os barcelenses.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Viva a democracia.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Miguel Costa Gomes” .----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, doutor Saleiro.-----

-----Terminada esta comunicação, passaremos à restante matéria do período de sessenta minutos de antes da ordem do dia.-----

-----A mesa considerando que com esta comunicação não queremos limitar de maneira nenhuma a discussão do que vem a seguir, os sessenta minutos mantêm-se inalteráveis, tanto mais que nos trinta minutos do público só temos duas inscrições que, em princípio, consomem dez minutos, e teremos vinte minutos para compensar o tempo que sensivelmente demorou esta leitura.-----

-----De forma que passaríamos aos demais temas do período de antes da ordem do dia e, de acordo com aquilo que é a ordem estabelecida, hoje a primeira intervenção cabe ao CDS-PP, que também tem uma moção que apresentou.-----

-----Faz favor, senhor deputado Firmino Silva.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Excelentíssima Senhora Vice-Presidente e restante Executivo.-----

-----O CDS apresenta uma moção de censura, já a fez chegar à mesa, que tem por título “Em defesa da dignidade do cargo de presidente da Câmara Municipal de Barcelos”.-----

-----“A presente moção de censura tem por destinatário não o executivo municipal, mas apenas o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos.-----

-----Ao apresentarmos a presente moção, pretendemos censurar politicamente a atuação e postura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, no período que medeia a aplicação das medidas



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de coação na “Operação Teia” e a presente data.-----

-----Como é do conhecimento público, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos foi constituído arguido no âmbito da chamada “Operação Teia”, tendo-lhe sido aplicada como medida de coação a obrigação de permanência na habitação, com vigilância eletrónica.-----

-----Logo após a aplicação da medida de coação, a três de junho do corrente ano, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos pediu a sua substituição, por um período de vinte e nove dias, período durante o qual foi substituído pela Excelentíssima Senhora Vice-Presidente.-----

-----Esgotado o período da substituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara assumiu as suas funções, exercendo-as até ao presente.-----

-----O exercício de funções por parte do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara tem algo de insólito e uma originalidade não recomendável, que seja o de gerir o município à distância, desde casa, sem que fisicamente se desloque aos Paços do Concelho e sem poder contactar com os funcionários.-----

-----Não é aconselhável, não é aceitável e Barcelos não merece que alguém exerça as funções de presidente da Câmara desta forma.-----

-----Por isso, desde início defendemos que enquanto se mantivesse sujeito à obrigação de permanência na habitação, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara não tinha condições para exercer o mandato e como tal deveria, pelo menos, pedir a suspensão.-----

-----O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara enquanto tal, exerce funções públicas, está ao serviço do interesse público e não deve subjugar o interesse público a interesses particulares e/ou a guerras internas da concelhia do Partido Socialista.-----

-----Assim,-----

-----Propomos que esta Assembleia Municipal aprove, de forma clara, um



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

voto de censura à postura e atuação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, no sentido de considerar que enquanto se mantiver sujeito à obrigação de permanência na habitação, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara não tem condições para exercer o mandato e como tal deverá, pelo menos, pedir a sua suspensão, considerando esta Assembleia Municipal que essa será a postura que melhor servirá os interesses do concelho de Barcelos e que melhor dignificará o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Barcelos”.

-----Com esta moção, meus senhores, não estamos a julgar o senhor presidente da Câmara, se é ou não culpado dos factos de que está indiciado pela justiça. Não somos nós que o faremos, são os tribunais. Como tem sido dito pelos políticos, à justiça o que é da justiça, à política o que é da política.

-----Com esta moção estamos, sim, a julgar o senhor presidente da Câmara politicamente. O que pretendemos é fazer um julgamento político da sua atuação, após ser sujeito às medidas de coação que lhe foram impostas.

-----Como é referido no texto da moção, entendemos que enquanto se mantiver sujeito à obrigação de permanência na habitação não tem condições para exercer o mandato e, como tal, deveria suspender o seu mandato. Entendemos que essa é a postura que melhor serviria os interesses do concelho e que melhor dignificará o cargo de presidente da Câmara Municipal de Barcelos.

-----O concelho de Barcelos exige e precisa de um presidente da Câmara a tempo inteiro que esteja presente.

-----O concelho de Barcelos precisa de um presidente da Câmara que dê primazia ao interesse público em detrimento dos interesses pessoais de feição ou grupo.

-----O que pedimos a esta Assembleia é que aprove esta moção e que desta



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma demonstram ao senhor presidente da Câmara que a Assembleia Municipal de Barcelos não está de acordo com o atual estado de coisas, que se arrasta desde três de junho, e que para bem do concelho de Barcelos e da dignidade do cargo de presidente da Câmara deveria suspender o seu mandato.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos passar à votação desta moção, mas antes quero comunicar à Assembleia que antes do início e na reunião de líderes que foi realizada não obtivemos consenso relativamente a uma questão que tem a ver com a forma de votação desta moção.-----

-----A mesa comunicou que entende que isto não cabe na previsão da votação por voto secreto, nem a moção o requer expressamente, mas podia a mesa entender que assim é ou que assim seria. A mesa assim não entende porque nos termos do artigo cinquenta e cinco, número três, o que a lei diz é que *“As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, o órgão delibera sobre a forma da votação”*. Compete à mesa dirimir as questões de interpretação e aplicação do regimento e das nossas deliberações cabe sempre recurso para o plenário, ou seja, os senhores deputados é que são soberanos nesta matéria. A mesa comunicou que a votação não era em voto secreto no seu entendimento, mas sim como votação normal. É esta comunicação que estou a fazer ao plenário e, a não ser que alguém se pronuncie em contrário, vamos passar à votação.-----

-----Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor presidente, como já tivemos a oportunidade de falar na reunião de líderes, na ótica do CDS o que está aqui em



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

causa é a apreciação das qualidades de uma pessoa. E, portanto, na nossa ótica a lei é clara, o regimento é claro, está em causa apreciar politicamente a atuação de uma pessoa. A lei é clara neste aspeto e diz, quando assim é, é por escrutínio secreto que é apreciada essa moção. Só em caso de dúvida é que Vossa Excelência pode recorrer ao plenário. Mas aqui, senhor presidente, nós já discordámos e voltamos a discordar aqui publicamente, aqui não há dúvida nenhuma, o que está em causa é a atuação de uma pessoa, é o comportamento de uma pessoa. E, como tal, diz a lei, é por escrutínio secreto. Por isso, senhor presidente, até à presente data, nós temos de Vossa Excelência uma postura imparcial que tem sido apreciada, penso, por todos os elementos desta Assembleia, incluindo o CDS naturalmente. Mas Vossa Excelência ao fazer isto hoje está a ter uma postura tendenciosa e está a usar um expediente que é para retirar que esta moção seja apreciada por voto secreto. E isto é um expediente que não está na lei e que Vossa Excelência tirou da cartola, juntamente com o Partido Socialista, porque têm medo que isto seja escrutinado por voto secreto, porque com certeza o resultado seria uma surpresa para o atual executivo.-----
-----Portanto, nós não aceitamos e, como tal, o CDS abandona porque acha que isto não tem que ser submetido ao plenário para o plenário decidir uma coisa que está na lei. Não pode o plenário decidir contra o que está na lei.-----
-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, ficou registado o seu protesto, mas o senhor deputado não ouviu aquilo que eu comuniquei, é que temos uma interpretação diferente e a mesa já deliberou. E como a mesa já deliberou e isto é muito sério, a democracia exerce-se pelo plenário, o plenário pode ter outro entendimento... Ó senhores deputados, eu agradecia que mantivessem a calma, porque a democracia tem que ser feita com elevação e com o exercício do contraditório. Dá-me licença? Quanto a independência, a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhora deputada que falou, que não sei quem foi, a mim de independência não dá lições de espécie nenhuma. Desculpe, esta resposta vai ter que levar porque eu tenho que exercer o meu contraditório da minha honra. É que eu fui responsável político e fui militante político neste concelho durante muito tempo na oposição e nunca me ouviu reclamar de decisões democraticamente contra o interesse que eu representava mas que eu respeitei democraticamente, porque em democracia vence quem tem mais votos. É assim. Senhor vereador, agradeço que não interrompa, porque não pode interromper os trabalhos desta Assembleia.-----

-----Portanto, isto é muito simples, a moção e inclusivamente o regimento desta Assembleia não prevê um procedimento formal relativamente a moções de censura, que é como vem esta moção classificada. O CDS-PP ao apresentar a moção até põe um texto no sentido de dizer que é relativamente ao cargo de presidente da Câmara Municipal de Barcelos, o primeiro parágrafo diz que “A presente moção de censura tem por destinatário não o executivo municipal, mas apenas o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos” e que pretende “*censurar politicamente a atuação e postura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos...*”. Com todo o respeito por opinião contrária, a mesa entende que não se aplica a obrigação de votação secreta. Aliás, nem está pedido. Mais à frente teremos outra moção com outra questão sobre este mesmo assunto. E como entende que não é assim, a mesa deliberou, senhores deputados, o plenário tem a possibilidade de decidir, se decidirem o contrário da mesa a mesa democraticamente aceita a decisão do plenário. Mais democracia que isto não pode ser.-----

-----Senhores deputados, a mesa não tem nem tem que ter medo de qualquer votação neste plenário pela simples razão que nós somos meros coordenadores do trabalho e nunca impedimos que o plenário se pronuncie



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democraticamente sobre qualquer questão que seja aqui colocada, que fique bem claro. Portanto, mais democracia que isto francamente não vemos como seja possível afirmá-la.-----

-----Relativamente ao resto, quero dizer também que se a mesa tivesse uma posição contrária, ou seja, de que isto deveria ser submetido a votação secreta, também qualquer senhor deputado podia não entender que era assim e podia recorrer para o plenário e tínhamos a mesma questão, mas ao contrário.-----

-----Portanto, não estamos aqui a coartar a manifestação de vontade, estamos esclarecidos quanto a isto e vamos proceder à votação desta moção nos termos que nós referimos, se nenhum senhor deputado recorrer para o plenário.-----

-----Portanto, embora não deva tomar essa iniciativa, ou não tenho que a tomar, pergunto: algum senhor deputado quer reclamar para o plenário desta deliberação da mesa?-----

-----Muito bem, o senhor deputado tem todo o direito de o fazer, não é isso que está em causa.-----

-----Portanto, o senhor deputado José Paulo Matias pediu recurso para o plenário desta deliberação da mesa e eu ia perguntar a quem vota contra esta interpretação da mesa, ou seja, quem entende que a votação deve ser secreta, faz favor de se levantar.-----

-----*(Procedeu-se à contagem)*-----

-----Ó senhor deputado, com a mesa não interpõe diálogo. É assim: os senhores deputados se quiserem anunciam, fica na ata registado que os senhores três deputados do CDS abandonam a sala e que não participam na contagem da votação.-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

-----*(Procedeu-se à contagem)*-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Eu penso que não será necessário, mas para que não haja dúvidas eu ia pedir aos senhores deputados que votam a favor, ou seja, da interpretação da mesa de que esta votação não deve ser por voto secreto, fazem o favor de se levantar.-----

-----Dá-me licença? Está a decorrer uma contagem, agora não interrompa a mesa.-----

----- (Procedeu-se à contagem)-----

----- Ora, ia pedir a vossa atenção!-----

----- Resultado da votação sobre a forma de votação desta proposta:-----

----- Trinta e cinco votos contra a interpretação da mesa e a favor de que a votação fosse por voto secreto, sendo vinte do PSD, doze do BTF, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP;-----

----- Uma abstenção do BTF;-----

----- E setenta e oito votos a favor da interpretação da mesa, ou seja, de que a votação não deve ser por voto secreto, sendo cinquenta e três do PS, doze do PSD, sete do BTF e seis Independentes.-----

----- Portanto, estamos esclarecidos quanto à forma de votação.-----

----- Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Como entendemos que a forma de votação da moção não tem que ser decidida pela mesa nem por esta câmara, retiramos a moção porque nós estamos sujeitos a que a votação seja da forma como todos nós entendemos e como a lei deverá ser interpretada. Será retirada.-----

----- Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Ficará registado em ata, senhor deputado. Mas, como devem compreender, não é a vontade individual de um senhor deputado ou de um grupo de deputados que se impõe à interpretação da mesa ou à



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interpretação do regimento ou da lei. Portanto, eu respeito a opinião contrária, o seu direito a retirar a moção, e a mesa não tem mais nada sobre esta matéria, é um direito que vos assiste, ao grupo municipal do CDS, está retirada a moção, nem sequer será votada.-----

------(Registou-se, neste momento, o abandono do CDS-PP da sala)-----

-----E passamos à intervenção seguinte do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Boa noite, Senhor Presidente, boa noite, Senhor Secretário, boa noite, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral, Comunicação Social, quem nos vê e ouve via *Web*.-----

-----Eu vou dividir esta minha intervenção em duas partes, até porque nós trazíamos uma moção e temos aqui uma moção a apresentar, que nos parece de todo pertinente, em relação nomeadamente ao dia de hoje, mas atendendo às circunstâncias do que se está a passar naturalmente terei que fazer algum comentário em relação a esta mesma situação.-----

-----Em relação à moção, ela refere exatamente o apoio àquilo que são as marchas contra as alterações climáticas pela defesa do clima e vem na sequência daquilo que é tido como um momento importante de manifestação, começou por ser dos estudantes e hoje cada vez mais alargada e cada vez mais abrangente que nos parece de todo importante referir. E vem a propósito inclusive do momento significativo de discussão que tem sido alvo, nomeadamente, durante esta campanha eleitoral sobre as alterações climáticas e que agora todos os partidos vêm defender esse mesmo combate, facto que até então não existia.-----

-----É preciso ver o que é que cada um diz e de que forma o coloca e sem dúvida alguma para nosso entendimento enquanto Bloco de Esquerda não há



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

combate às alterações climáticas se não houver uma mudança de paradigma tanto ao nível do processo produtivo quanto dos padrões de consumo. Portanto, é esta lógica que é preciso romper e é preciso criar como alteração.----

-----É neste sentido que trazemos esta moção. Por um lado, saudar o movimento cívico e social e, por outro lado, recomendar à Câmara Municipal, com a responsabilidade do poder municipal que está instituído em todo este processo, pode ser local, nacional e obviamente mundial, europeu e mundial, que haja alguma tomada de posição por parte da Câmara Municipal no sentido de, no próximo orçamento, verterem não só medias como atribuição de respetivas verbas para o exercício no decorrer do ano dessas mesmas medidas. O que nos parece de todo importante o contributo do concelho de Barcelos e do município de Barcelos para toda esta luta a que todos diz respeito e que todos deve envolver. Portanto, é este o teor da moção, espero que seja aprovada, nós não a retiramos, espero que seja aprovada.-----

-----Sobre as declarações que aqui foram feitas há pouco tempo, abrindo um precedente, assumido pela mesa naturalmente, eu não quero ser muito crítico nem muito cáustico, mas sinceramente, enquanto ouvia, flutuei em algumas palavras de raciocínio perante aquilo que ia ouvindo e tive diferentes momentos de interpretação. Comecei por perceber que era uma espécie de... e funcionou o momento, oração dedicado a uma plateia da Assembleia Municipal; depois foi mais um auto-de-fé e contrição de certa forma; depois interpretei como uma espécie de catarse terapêutica, o que também corresponde a uma realidade e por vezes uma necessidade, naturalmente que sim; mas, por fim, percebi que era uma espécie de carta de recomendação para uma vaga qualquer de emprego. Portanto, é um bocado esta perspetiva que me pareceu existir em toda a declaração que foi apresentada.-----

-----Quando se diz e quando é referido movimentos populistas. Ó meus



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhores e minhas senhoras, o que faz haver movimentos populistas é precisamente muito daquilo que se passou na Câmara Municipal de Barcelos. Isto é que incita muitas vezes os populismos através da descredibilização que se tem da política. E esse é que é um ato que se tem que combater. Até porque o que está aqui, e parta-se desse princípio, o que está aqui em causa não é de maneira alguma a pessoa, é sem dúvida alguma o exercício do cargo político que por acaso neste caso coincide com essa pessoa. É só por isso. Ou seja, o que está em causa é o exercício deste cargo. E no exercício deste cargo não pode haver dúvidas, tem que haver uma certa limpidez sem dúvida, porque qualquer dúvida é interpretada precisamente nessa perspetiva da cavalgada populista e daquilo que é a interpretação que se tem, muito variada naturalmente. Tenho alguma dificuldade em comentar, sinceramente. É uma forma habilidosa de responder às moções que foram conhecidas naturalmente por antecipação, não tenhamos a menor dúvida. Cada um tem a sua interpretação, óbvio, mas é uma forma habilidosa de inquirir de imediato a discussão com esta leitura e de fazer com que esta reunião fique logo imediatamente marcada por essa carta. E que depois naturalmente tudo o que é a discussão que advém daí e a partir daí, com as referências a várias obras, quase como uma desculpabilização por que é que não se fez obra. Portanto, estas situações não são admissíveis, não são admissíveis de maneira alguma.-----

-----Para além do mais, o direito à defesa diria que é um dos valores da democracia, tal qual é o direito à justiça, mas não se pode pôr em causa aquilo que é o próprio direito da contrariedade. Ou nós acreditamos na justiça ou então não acreditamos na própria democracia, com muitas dúvidas que possamos ter.-----

-----E quando se diz aqui coisas do género, digamos, que isto é uma cabala política, se quisermos nestes termos, é pôr em causa a própria justiça. Eu acho



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que devia haver preocupação e essa sim parece-me muito importante, é que afirmações bombásticas como as que foram feitas por quem tem, diria mesmo, uma estratégia de defesa que assenta, por exemplo, em algo que alguém disse que “vão-se partir a rir quando virem quais são as acusações”, ou então “rasgarei a cédula profissional caso o meu constituinte seja condenado”, isto é que é lamentável que aconteça. E aqui é que deve existir a preocupação, porque na verdade este exercício à distância já não é minimamente suportável numa Câmara, em nenhuma, neste caso concreto estamos a falar da nossa.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos passar à votação da moção do Bloco de Esquerda, que tem dois pontos, mas que na conversa com os proponentes foi entendimento de que isto deve ser votado em bloco e não separadamente e, portanto, é a moção no seu todo que vai ser votada.-----

-----Eu ia perguntar aos senhores deputados que votam contra o favor de se levantarem.-----

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Esta moção foi assim aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos agora à intervenção do PCP. Faz favor, senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores, Minhas Senhoras.-----

-----O Partido Comunista Português também coloca aqui à votação da Assembleia Municipal uma moção sobre a “Despoluição do Rio Cávado”. Passo a ler:-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“O Cávado, rio português, nasce na Serra do Larouco, Concelho Montalegre, atravessa dois distritos – Vila Real e Braga – e nove concelhos – Montalegre, Terras do Bouro, Vieira do Minho, Amares, Póvoa do Lanhoso, Vila Verde, Braga, Barcelos e Esposende –, num total de cento e trinta e cinco quilómetros, desagua no Oceano Atlântico no concelho de Esposende. O Cávado tem sete afluentes – Cabril, Caldo, Homem, Labriosca, Rabagão, Saltadouro e Tamel – e uma bacia hidrográfica com uma área de mil e seiscentos quilómetros quadrados.-----

-----O Cávado pelas suas características é um recurso natural de grande importância para uma vasta região, a sua beleza paisagística, a sua riqueza hidrográfica e ambiental comportam condições para potencializar diversas áreas sociais, económicas, culturais e desportivas.-----

-----O Cávado pelas suas oito barragens permite um aproveitamento hidroelétrico, fornece água a uma extensa população, pela sua beleza tem um grande potencial turístico para a região, permite diversas actividades: balneares, pesca e desportos fluviais, o variado património ribeirinho é o registo físico de tradições e labores, o seu complexo ecossistema tem um enorme valor ambiental. Estas são algumas potencialidades do Cávado que urge recuperar e dinamizar.-----

-----Nas últimas décadas, o Cávado foi sujeito a vários e sistemáticos atentados ambientais, fruto, em grande parte, de crescentes más práticas agrícolas e da implantação da indústria na região, sem o necessário ordenamento industrial, alicerçado na ideia que o crescimento económico se sobrepõe a quaisquer outros interesses, caminho que o tempo se encarregou de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

demonstrar que estava errado.-----

-----Acresce, ainda, a inoperância e desresponsabilização das diversas entidades competentes, apesar de várias denúncias, e a ineficaz/inexistente fiscalização, em parte por falta de recursos, permitindo comportamentos criminosos dos poluidores, prejudicando um recurso natural que a todos pertence.-----

-----A poluição do Cávado é o seu principal problema, está na origem do desperdiçar das potencialidades, afetou gravemente o seu ecossistema e “roubou” o rio à população.-----

-----Contudo, a poluição do Cávado não é uma inevitabilidade, nem tampouco um processo irreversível e atendendo a esta certeza a Assembleia Municipal de Barcelos reunida em sessão ordinária em vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, delibera:-----

-----Um – Recomenda à Câmara Municipal de Barcelos para que faça todas as diligências necessárias junto do Governo para que se inicie o processo de despoluição do Cávado envolvendo os Municípios por ele banhado e a comunidade e implementem medidas de vigilância e fiscalização identificando e inibindo os poluidores.-----

-----Dois – Recomenda à Câmara Municipal de Barcelos que reforce o investimento no Cávado, nomeadamente, na limpeza de margens e constituição de equipas de guarda-rios permitindo o respeito e protecção da sua biodiversidade devolvendo-o à população.-----

-----Três – Recomenda à Câmara Municipal de Barcelos que proteja o património ribeirinho (azenhas e açudes) pela sua aquisição e recuperação.-----

-----Quatro – Recomenda à Câmara Municipal de Barcelos que elabore o Plano Municipal de Defesa dos Rios Cávado e Neiva”.-----

-----São estas as recomendações que a moção apresentada pelo Partido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comunista Português faz à Câmara Municipal de Barcelos.-----

-----Posto isto, também não posso deixar de me pronunciar sobre aquilo que já se passou hoje nesta Assembleia Municipal. E dizer que esta sessão da Assembleia Municipal foi prejudicada pelo expediente do Partido Socialista, em conivência com o presidente da Assembleia Municipal, com o único objetivo de censurar a censura ao presidente da Câmara Municipal de Barcelos.-----

-----A leitura do comunicado do presidente da Câmara de Barcelos, se é verdade que o presidente da Assembleia Municipal, doutor Horácio Barra, abriu portas a que o plenário autorizasse ou não a leitura desse comunicado, também não deixa de ser verdade que disse que ele seria lido em forma de correspondência, em forma de missiva desta Assembleia Municipal. Isto é, o que eu conclui desse recado é que, independentemente da forma como corresse a votação ou não da leitura desse comunicado, ele seria sempre lido, o que me parece muito pouco democrático.-----

-----Em terceiro, não quero deixar de dizer que a moção apresentada pelo CDS era uma censura ao comportamento pessoal do presidente da Câmara e não do presidente de Câmara, que isso, sim, é um órgão político. É o presidente da Câmara que, neste caso, em Barcelos, chama-se Miguel Costa Gomes. E aquilo que foi a decisão da Assembleia Municipal foi prejudicar a votação dessa moção de censura e, caso houvesse essa votação não por voto secreto como a lei exige, mas por braço no ar ou por manifestação que se possa ver a vontade do voto, condicionar a votação se calhar de alguns elementos desta Assembleia Municipal.-----

-----Não posso deixar também de dizer que o plenário pode-se pronunciar sim sobre tudo, mas dentro dos limites da lei. Não é possível apelar a uma votação do plenário...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, esgotou o seu tempo.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Vou concluir, eu também esperei muito tempo, que esperem um bocado também por mim.....

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, a mesa não pode deixar passar esse reparo. O senhor deputado vai dispor de mais três minutos para além dos seis iniciais dentro dos sessenta minutos. Portanto, o tempo é gerido pela mesa com muita tolerância, como sabe. Faz o favor de terminar a sua intervenção.....

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, sempre à censura.....

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Mas quanto à censura que é legítima, e o presidente da Assembleia Municipal será talvez nesta sala a pessoa mais tolerante relativamente às críticas e àquelas que possam fazer, o senhor deputado interpretou mal as minhas palavras e aquilo que eu disse na reunião de líderes. Aquilo que eu disse é que se eventualmente o plenário não ouvisse ou não quisesse ouvir a leitura a mesa acataria a vontade do plenário. Foi isso o que eu disse. Não disse que seria lida em qualquer circunstância. Não disse. Desculpe, senhor deputado, enganou-se, registou mal, não foi isso o que eu disse. Portanto, estamos esclarecidos.....

-----Relativamente a esta moção, também na reunião de líderes foi conversado com o proponente desta moção que tem quatro números e é entendimento, não só do proponente como de todos, de que não havia razão para se fazer uma votação número a número. Portanto, passaremos a fazer a votação da moção no seu todo.....

-----la perguntar aos senhores deputados que votam contra o favor de se levantarem.....

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.....

------(Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Esta moção foi aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos agora à intervenção do Partido Socialista. Senhor deputado Manuel Mota, faz favor.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Excelentíssima Senhora Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras Presidentes de Junta e Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimas Senhoras Deputadas Municipais e Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Caros Concidãos.-----

-----Não violando o regimento interpretaremos o debate político prévio na segunda parte das nossas intervenções e faremos aquilo que em nosso entender é o mais importante neste momento.-----

-----Dentro de quatro dias fará dois anos que se realizaram as eleições autárquicas, que elegerem este novo elenco governativo, esta Assembleia e as Juntas e Uniões de Freguesia.-----

-----Os barcelenses deram uma vitória clara ao PS e a Miguel Costa Gomes e um gigantesco cartão vermelho ao PSD, principal partido da oposição, reconhecendo a qualidade das políticas municipais concretizadas pelo PS, e concedendo ao PSD Barcelos a pior derrota autárquica da sua história.-----

-----O PS, não obtendo maioria absoluta, fruto de divergências pessoais de antigos responsáveis locais, foi capaz de encontrar apoio no senhor vereador José Pereira que, dessa forma, demonstrou colocar os interesses de Barcelos no centro da sua participação política, permitindo retirar Barcelos da situação degradante em que a oposição colocou a gestão municipal, com a não aprovação da delegação de competências.-----

-----A opção por uma “política de terra queimada” da atual oposição no executivo municipal demonstrou, desde o primeiro dia deste mandato, que esta



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está pouco preocupada com Barcelos e com os barcelenses.-----

-----A coligação negativa, clara para todos, desde a célebre Assembleia Municipal de eleição da mesa desta Assembleia, não olha a meios para bloquear, denegrir e desestabilizar a governação municipal.-----

-----Para o principal partido da oposição vale tudo, mesmo tudo...-----

-----Nunca a política municipal tinha assistido a tão degradante postura política.-----

-----O PSD perdeu o respeito pela democracia, transformando o salutar debate de ideias e projetos numa guerrilha permanente, com sistemáticos ataques pessoais, insinuações e mentiras.-----

-----O BTF, como o comprova, mais uma vez, a moção que hoje apresenta, não ultrapassou o espírito de vingança que alimentou a sua criação. A aliança contranatura com o PSD, e principalmente a partilha de uma postura eminentemente belicista, subverte e contribui significativamente para a degradação da qualidade do debate político.-----

-----O CDS deixa-se, em nosso entender, sistematicamente, enredar nesta visão negativa e muito pouco construtiva, como acabámos de assistir. Bem diferente tem sido a postura do Partido Socialista.-----

-----O atual executivo tem sido capaz de se concentrar na concretização do compromisso eleitoral que assumiu com os barcelenses, afastando-se desta oposição negativa e cinzenta, reforçando, dessa forma, a qualidade das políticas públicas municipais.-----

-----Destes dois anos, já há resultados e alguns deles estruturantes para a melhoria da qualidade de vida dos barcelenses.-----

-----Durante quantas décadas se prometeram transportes públicos urbanos?!-----

-----Pois bem. O Barcelos Bus é uma realidade e os dados já nos permitem



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer que uma realidade com sucesso.-----

-----Um projeto para o novo paradigma de mobilidade e sustentabilidade ambiental e um marco na qualidade de vida de muitos barcelenses. Um projeto-piloto, que já foi alargado e que nenhum barcelense compreenderá que a oposição ponha em causa.-----

-----E obras?!-----

-----Estará Barcelos parado como o PSD afirmou num dos seus comunicados diários?!-----

-----O PS lançou recentemente um repto ao PSD, que aqui reiteramos:-----

-----Sugerimos ao PSD que dedique, a título de exemplo, um dia à freguesia do seu presidente e talvez perceba, finalmente, por que é que os macieirenses atribuíram ao PS o melhor resultado de sempre e as três vitórias a nível municipal.-----

-----Sugerimos que visitem as obras de reabilitação e ampliação da EB um de Macieira de Rates e que digam às famílias dos alunos que a frequentem que Barcelos é um concelho inerte e sem obra!-----

-----Sugerimos que visitem a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Macieira de Rates e que digam aos milhares de barcelenses que serão beneficiados com esta obra que Barcelos é um concelho inerte e sem obra!!!-----

-----O PS Barcelos reconhece o enorme esforço feito pelo atual executivo municipal para, simultaneamente, pagar as dívidas avultadas dos anteriores executivos PSD – só nestes dois últimos anos já foram pagos mais de dez milhões de euros – e continuar o projeto de desenvolvimento do concelho.-----

-----Recordamos que, atualmente, estão em execução ou em curso obras com um valor total superior a dez milhões de euros:-----

-----A reabilitação do espaço público do Bairro do IHRU;-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A construção do Centro Escolar da Várzea;-----

-----A reabilitação e ampliação da EB um de Macieira de Rates;-----

-----A reabilitação dos edifícios do Bairro Fundação Salazar, em Arcozelo;-----

-----A recuperação do edifício do Mercado Municipal;-----

-----A reabilitação exterior das moradias do Loteamento Social da Malhadoura, em Milhazes; ou-----

-----A construção da ETAR de Macieira de Rates, como referenciámos.-----

-----Fazer uma avaliação destes dois anos de mandato é recordar, ainda, que já foram atribuídos mais de catorze milhões de euros às freguesias do nosso concelho, através do modelo de descentralização lançado pelas governações do Partido Socialista na Câmara Municipal de Barcelos, o que tem permitido desenvolver de forma muito significativa essas mesmas freguesias.-----

-----Barcelos continua a afirmar-se como um concelho educador, com opções e programas inovadores na área educativa e investimentos muito avultados, mais de sete milhões de euros só este ano, o que tem permitido uma mudança significativa nos resultados escolares no concelho.-----

-----Na área desportiva, o atual executivo colocou em prática uma verdadeira revolução na qualidade de inúmeros equipamentos desportivos, nomeadamente com o elevado apoio financeiro, mais de meio milhão de euros, na construção de relvados sintéticos, com resultados muito relevantes na qualidade da prática desportiva de milhares de barcelenses.-----

-----Na vertente social, como referimos por diversas vezes neste mandato, Barcelos é considerado um exemplo a nível nacional, nomeadamente, na reabilitação de bairros sociais, recuperando património que há várias décadas era rosto de uma certa segregação social.-----

-----É esta a nossa paixão por Barcelos.-----

-----Nada nos move contra ninguém.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Fazemos política para servir os barcelenses.-----

-----Política pela positiva.-----

-----Se fizermos uma análise sólida dos projetos municipais nas mais diversas áreas reconhecerão que a nossa paixão é um verdadeiro amor e não um sentimento circunstancial.-----

-----Semana após semana, dezenas de iniciativas, dezenas de projetos, milhares de barcelenses, demonstram que Barcelos é a cada dia que passa um concelho onde se vive melhor.-----

-----É este o espelho de um concelho dinâmico, inovador, envolvente.-----

-----Um concelho, um presidente, um executivo, que não merecem censura!--

-----Bem pelo contrário!-----

-----Merecem apoio, envolvência e reconhecimento.-----

-----É esta a imagem de um concelho frágil institucionalmente?!-----

-----Parece-nos evidentemente que não!-----

-----Continuamos convictos de que a situação judicial em que se encontra o presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Miguel Costa Gomes, se resolverá a curto prazo, já que estamos profundamente convictos da fragilidade do processo e da sua inocência.-----

-----Continuamos solidários com o executivo.-----

-----E é o trabalho de uma vasta equipa municipal que tem permitido o sucesso das dezenas de iniciativas municipais, muitas delas inovadoras no contexto nacional.-----

-----E será este o único desígnio durante os próximos dois anos.-----

-----Fazer com paixão por Barcelos ainda mais e melhor.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o PSD, o senhor deputado Adélio Miranda. Faz favor, senhor deputado.-

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Boa noite a todos.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caro Público aqui presente e que nos segue via *Web*, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Vivemos tempos de incerteza.-----

-----Vivemos tempos de mudança.-----

-----Vivemos tempos de angústia.-----

-----Os tempos que vivemos não são propensos ao laxismo, à indiferença, ao descuido, ao abandono.-----

-----Vivemos tempos que exigem grande atenção, dedicação e discernimento.-----

-----Tempos que exigem presença, argúcia e talento.-----

-----Em Barcelos o tempo que vivemos é marcado precisamente:-----

-----Pela falta de atenção;-----

-----Pela falta de dedicação;-----

-----Pela falta de discernimento;-----

-----Pela falta de presença;-----

-----E por falta de talento.-----

-----Temos um concelho parado, com total inércia do executivo municipal, o que vai contagiando todos os demais organismos e setores.-----

-----Já com o exercício em plenas funções do senhor presidente da Câmara as coisas não estavam bem, agora pioraram.-----

-----Como pode uma Câmara funcionar meses e meses seguidos sem a presença do chefe do executivo, que para além de liderar deve ser o coordenador-mor, deve visitar, deve receber e deve ser o harmonizador das diferentes sensibilidades e tendências?-----

-----A nossa situação para além de inédita é caricata.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Presta-se às mais diversas interpretações, a maioria das quais é negativa para a imagem de Barcelos e dos barcelenses.-----

-----Por este andamento caminhamos para a estagnação total, caminhamos para aquilo a que o atual secretário-geral das Nações Unidas, o engenheiro António Guterres, chamou de “pântano”.-----

-----A Câmara de Barcelos, ou melhor dizendo, a sua dinâmica e o seu funcionamento está a caminhar para o pântano. E no pântano as pessoas enterram-se, quanto mais lutam para sair dele mais se enterram, mais caminham para o abismo.-----

-----Foi para evitar o pântano que o engenheiro Guterres se demitiu e provocou eleições.-----

-----Como barcelenses responsáveis que põem os interesses do concelho acima dos nossos interesses político-partidários, em nome de tantos cidadãos anónimos de Barcelos que todos os dias nos abordam nos cafés, nos locais de trabalho, na barbearia, nos restaurantes, nas ruas e nos passeios, nós, em nome desses cidadãos anónimos, pedimos eleições antecipadas.-----

-----Sim. O PSD, embora apoiando as moções que defendem a substituição do presidente da Câmara, considera que isso é pôr um remendo em roupa velha. Impõe-se um novo fato, uma nova vestimenta. Impõe-se que se respire um novo ar em Barcelos e que tenhamos um ambiente político e autárquico em que se respire melhor.-----

-----Ainda hoje o exemplo da substituição do edital que veio nos jornais, que estão lá seis ou sete ou oito artigos para discussão, transformado em mais de vinte e tal, é uma imagem da situação caricata em que nós vivemos. Nunca se tinha assistido a isto em Barcelos.-----

-----Só eleições antecipadas poderão resolver este imbróglio, os barcelenses desejam-nas, os barcelenses exigem-nas.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em nome de Barcelos, em nome de todos os que não são ouvidos, o PPD/PSD pede eleições antecipadas.-----

-----Relativamente à homilia que durou cerca de quarenta minutos, aqui lida no início dos trabalhos, não nos pronunciamos apenas por uma única e exclusiva razão: todas as pessoas têm direito à defesa da sua honra e do seu bom nome, tanto sua como da sua família.-----

-----Como muito haveria a dizer sobre essa matéria mas o visado não está aqui para se defender, o PSD, que põe as pessoas sempre em primeiro lugar, não se vai pronunciar sobre isto.-----

-----Faço uma última pergunta: será que os senhores vereadores do executivo se sentem confortáveis com esta situação?-----

-----Tenho dito.-----

-----Viva Barcelos!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o BTF, vai intervir o senhor deputado José Paulo Matias.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara em Exercício de Funções, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----«Moção.-----

-----Para falarmos da situação política que se vive na nossa Câmara e da sua gestão, nada mais importante do que citar um parágrafo do discurso do presidente da Câmara aquando da tomada de posse do mandato autárquico em curso, e percebermos, afinal, quem eram os verdadeiros destinatários:-----

-----*“Lamentamos que, quarenta e três anos após o vinte e cinco de Abril, alguns ainda não tenham aprendido as regras da convivência democrática e que continuem apenas e exhibir a sua miséria moral. Mas estes ficarão no rodapé da*



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

História como exemplo de estragos cometidos à sociedade e à democracia” .-----

-----Por isso, e desde os finais de dois mil e dezassete, que o BTF tem chamado atenção para a falta de liderança no executivo do PS na Câmara Municipal. Esta avaliação crítica era por demais evidente e os barcelenses vão exigir responsabilidades políticas e pessoais a quem contribuiu, e continua a contribuir, para este estado de degradação.-----

-----Como todos se lembrarão, o executivo de minoria PS argumentava sempre que a falta de maioria no órgão executivo dificultava a ação deste, para esconder a incapacidade política nas decisões de gestão e ao mesmo tempo disfarçar a falta de liderança política.-----

-----A famigerada maioria no executivo foi alcançada mas, como observamos, a instabilidade agravou-se.-----

-----Não foi por acaso que na sessão pública desta Assembleia de vinte e sete de abril de dois mil e dezanove o BTF denunciou muitos dos atropelos cometidos pelo executivo de maioria PS e relembro alguns:-----

-----“É preciso respeitar, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa e as leis que a ela se subordinam;-----

-----A falta de respostas às questões formuladas quer verbais quer escritas;---

-----O silenciamento de quem quer ser esclarecido em cada proposta submetida para deliberação, quando carece de esclarecimento;-----

-----A falta de condições para o exercício de funções;-----

-----O exercício do poder discricionário com a falta de diálogo na mobilidade de postos de trabalho entre trabalhadores do município com flagrante prejuízo para estes” .-----

-----Afirmou ainda que “...muito recentemente, a comunicação social deu eco das divergências que se fazem sentir no seio do executivo municipal só porque alguém pensa diferente e tem uma ideia de que o exercício do poder se deve



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pautar pelo rigor, transparência e autonomia de quem o exerce. (...) Estas situações minam a autoridade e a confiança de quem exerce o poder na defesa do interesse geral”.-----

-----Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:-----

-----O BTF tem alertado todas as restantes forças políticas representadas neste e noutros órgãos autárquicos. Fá-lo porque tem a obrigação de denunciar todas as práticas contrárias ao livre exercício da cidadania num Estado de Direito Democrático.-----

-----Não foi por acaso que, no passado dia quatro de junho, o BTF emitiu um comunicado muito claro e objetivo acerca do novo quadro político no exercício de funções do presidente da Câmara resultante da operação “Teia” no qual afirmámos:-----

-----“...O BTF não aprecia a matéria de natureza jurídica, (...) mas tão-somente as questões numa vertente ética e política” .-----

-----“...Para o BTF, a solução mais compatível com a defesa de uma gestão política (...) é a renúncia de Miguel Costa Gomes a todos os cargos políticos” .-----

-----“...Nestas circunstâncias excecionais de incerteza da gestão municipal, o BTF entende que cabe, também, ao órgão fiscalizador, a Assembleia Municipal, avaliar os pressupostos enunciados pelo que sugere, ao presidente deste órgão que convoque, com carácter de urgência, todos os grupos municipais para de forma serena e responsável, avaliarem a presente situação política” .-----

-----Ora, não tendo sido tomadas quaisquer iniciativas por esta Assembleia Municipal de acordo com as sugestões do BTF e de acordo com a alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;-----

-----E ainda:-----

-----Considerando que este executivo municipal tem dado mostras de uma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

total incapacidade de praticar uma boa gestão municipal mesmo depois de ter garantido uma maioria com um vereador de outra força política;-----

-----Considerando que os adiamentos sucessivos no início das obras comparticipadas com fundos comunitários não avançam, particularmente do PEDU;-----

-----Considerando que a Câmara corre sérios riscos de perder muitos milhares ou milhões de euros de fundos comunitários por falta de respostas atempadas nos investimentos contratualizados;-----

-----Considerando que já foram reduzidas participações de projetos executados por incumprimento dos regulamentos da autoridade de gestão do Portugal Vinte Vinte;-----

-----Considerando que continuam as perseguições com atitudes autoritárias a trabalhadores impondo restrições de acessos a serviços do município, e mobilidade discricionária para locais de trabalho sem condições higiénico-sanitárias;-----

-----Considerando que os vereadores da oposição estão impedidos de exercerem livre e autonomamente as suas funções executivas;-----

-----Considerando que são incluídas nas minutas propostas para deliberação que depois de consultadas e analisadas quando acompanhadas de documentos de suporte, consubstanciam indícios de ilegalidades passíveis de procedimentos investigacionais;-----

-----Considerando que todos os vereadores se sentem desconfortáveis para aprovar matérias que desconhecem mesmo os da maioria do executivo;-----

-----Considerando que aos vereadores da oposição já não lhes dá conforto votarem contra determinadas matérias, porque a maioria PS usa o voto de qualidade e podem aprovar propostas de mais que duvidosa legalidade, e por prudência e transparência, ausentam-se em reuniões para provocar falta de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quórum na defesa da legalidade e da transparência;-----

-----Considerando que por vezes são presentes para deliberações assuntos que violam o Código dos Contratos Públicos e implicações financeiras, (sem conhecimento prévio dos dirigentes dos serviços) e quando são pedidos esclarecimentos adicionais ninguém responde;-----

-----Considerando que a ausência do presidente da Câmara nas reuniões desta prejudica fortemente a já debilitada gestão municipal;-----

-----Considerando que é insustentável a continuidade destas práticas e a forma como o município está a ser gerido e que, perante tal situação, cada força política enquanto entidade, e também cada eleito neste órgão deliberativo, deve assumir todas as suas responsabilidades, o grupo municipal do BTF nesta Assembleia propõe:-----

-----Um - Que esta Assembleia Municipal recomende ao senhor presidente da Câmara, Miguel Jorge da Costa Gomes, que renuncie ao mandato ou, no mínimo, que o suspenda por tempo indeterminado;-----

-----Dois – Que esta recomendação seja votada por escrutínio secreto».-----

-----Senhor presidente, eu gostava só que me desse um pouquinho porque vamos retirar a proposta de votação e justificar porquê.-----

-----O que me parece é que a deliberação que a mesa tomou de não permitir a votação secreta, do nosso ponto de vista, além de ilegal e antidemocrático, coarta a liberdade das pessoas se expressarem livremente.-----

-----Para nós o voto secreto é a forma mais correta quando se apreciam comportamentos e qualidades de pessoas e a sua forma de gestão, o voto secreto, seria a forma legal.-----

-----Por isso, uma vez que não concordamos, e por aquilo que aconteceu com a moção do CDS, nós decidimos retirar esta moção, porque não queremos obrigar alguns senhores membros desta Assembleia a votarem contra vontade.-



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Exerceu um direito que lhe assiste, a mesa sobre essa matéria não tem nada a dizer, mas sobre o comentário do senhor deputado a mesa não pode obviamente deixar passar e, portanto, vamos exercer o nosso contraditório democrático. O que a mesa disse é que por maioria de razão, e porque não estávamos perante uma moção de censura mas uma mera recomendação, não se aplicava a obrigatoriedade de voto secreto. Este era o entendimento e que a mesa iria submeter todas as votações, ou seja, sobre a admissão ou não do voto secreto, o plenário seria soberano, e depois da decisão do plenário votar-se-ia conforme o plenário decidisse. Mais democracia que isto, senhor deputado, com todo o respeito, venha quem vier, não me dá lições de democracia.-----

-----Mas não posso deixar passar um último remoque final porque, senhor deputado, e para que se registre e fique em ata, aqui dentro eu tenho a mesma legitimidade que qualquer senhor deputado aqui nesta sala. É exatamente a mesma legitimidade.-----

-----E eu apelo, quarenta e cinco anos depois do vinte e cinco de abril, que se deixe de vir ali ao microfone e fazer um atentado à dignidade dos senhores presidentes de Junta e dos senhores deputados eleitos nesta sala. Que haja o atrevimento de alguém vir aqui pôr em causa a ética e a integridade de qualquer senhor deputado e dizer que vota de uma maneira por voto secreto e de outra maneira de braço no ar. Isto é um atentado à democracia e à dignidade de cada um... Senhor deputado, dá-me licença? É que aquilo que o senhor deputado referiu pode referir-se também à minha pessoa. Eu quero dizer que eu voto secretamente da mesma forma que eu voto de braço no ar. Foi assim sempre toda a minha vida e respeito os senhores deputados. E por solidariedade com todos os senhores deputados aqui presentes, aqui não há



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ninguém que tenha superioridade moral sobre ninguém, por solidariedade por todos, esse tipo de manifestação eu apelo que, quarenta e cinco anos depois do vinte e cinco de abril, mais ninguém venha àquele microfone ofender a democracia. Isto tinha que ficar registado. Gostem ou não, protestem ou não, mas isto tinha que ser dito e para registo futuro.-----

-----Desculpem, a democracia tem destas coisas, às vezes temos que ouvir aquilo que não gostamos.-----

-----Eu ouvi aqui serenamente todas as críticas à mesa e não me pronunciei para não fazer qualquer influência relativamente aos trabalhos.-----

-----Esclarecido isto, senhores deputados, vamos ao segundo grupo de intervenções de três minutos.-----

-----Eu penso que os senhores deputados do CDS se ausentaram todos, não está ninguém presente, passaríamos à intervenção do Bloco de Esquerda, que prescinde. Tem a palavra o PCP, o senhor deputado Mário Figueiredo. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Muito rapidamente dizer que, mais uma vez, não posso concordar consigo, não há aqui nenhum atentado à idoneidade ou à capacidade ou à coragem de qualquer membro desta Assembleia quando se diz que o voto no ar que condiciona esse voto, isso tanto é verdade que até está previsto na lei. A lei prevê o voto secreto precisamente porque a lei reconhece que pode estar condicionado esse voto.-----

-----Depois, dizer o seguinte:-----

-----Embora as moções de censura ou a censura ao presidente da Câmara não tenham sido votadas mas foram lidas, eu não quero deixar de dizer que concordo com elas. E também não quero deixar de dizer que estendo essa censura ao PS como corresponsável da atual situação, pois se a decisão nada



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recomendável do presidente da Câmara de continuar a exercer o cargo prejudica a imagem do cargo que ocupa, prejudica os interesses dos barcelenses e contribui para o descrédito dos políticos, logo da própria democracia. E quero dizer daqui ao senhor presidente da Câmara, que nos deve estar a ver via *Web*, que é isso que fragiliza a democracia e fomenta o populismo. É a falta de integridade e de coragem de assumirmos aquilo que são as consequências dos nossos atos. E o que é certo é que neste momento politicamente o senhor presidente não tem condições para continuar a exercer o cargo que ocupa. E a partir desse momento devia ter a coragem de pôr os interesses da população à frente dos interesses pessoais e pedir a renúncia.-----

-----Mas, como digo, esta censura é extensiva ao Partido Socialista, pois a decisão política do PS de nada fazer como se nada passasse é a negação de princípios éticos e democráticos que a política deve ter.-----

-----O PS põe claramente os interesses partidários à frente dos interesses das populações.-----

-----A meio do terceiro mandato do PS, para além de não ter uma política de recuperação do atraso e do desenvolvimento, insiste em trazer os seus problemas partidários para os Paços do Concelho, criando mais uma instabilidade na gestão municipal, visto que no anterior mandato também semeou instabilidade no executivo.-----

-----Não quero também deixar de dizer e deixar uma mensagem aos senhores vereadores do Partido Socialista, que devem ter uma posição política coletiva firme e terminar com a instabilidade e a falta de condições políticas executivas para continuarem a exercer dignamente os seus cargos em prol do interesse público.-----

-----E não quero também deixar de dizer que mesmo correndo o risco de o poder cair em mãos erradas, o Partido Comunista Português defende a renúncia



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Miguel Costa Gomes do cargo de presidente da Câmara e a convocação de eleições antecipadas.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o senhor deputado Manuel Mota. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Sejamos claros!-----

-----Vou ter que repetir o mesmo que disse na última Assembleia Municipal.--

-----Onde é que está a coerência de todos os partidos da oposição?-----

-----Onde é que está a coerência do PCP, do Bloco de Esquerda, do PSD e do CDS em relação a autarcas dos seus partidos que foram arguidos e para os quais as comissões políticas locais, distritais e nacionais defenderam a presunção de inocência, nunca defendendo a renúncia de mandatos? Onde é que está a coerência política?!-----

-----O PCP teve um autarca condenado, que foi defendido até à última pelos órgãos dirigentes do PCP.-----

-----Coerência política.-----

-----É isto que degrada o debate político e a qualidade do debate democrático em Portugal – primeira nota.-----

-----Segunda nota: BTF.-----

-----Pergunta direta: o BTF acha que os vereadores arguidos devem renunciar ao mandato? Fica a pergunta, clara.-----

-----Terceira nota e, para nós, a mais importante de todas:-----

-----O centro da nossa intervenção política é só um: governação com qualidade para os barcelenses e para as instituições.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em nosso entender, e repetimos isto dezenas de vezes, em nosso entender a governação destes dois anos, não vamos sequer aos oito anos restantes, destes dois anos, é muitíssima positiva. Barcelos é notícia sistematicamente, sistematicamente a governação local, sistematicamente pelas melhores razões.-----

-----Ainda hoje tivemos presente em Barcelos, reconhecendo a qualidade das nossas intervenções públicas, um cineasta de Hollywood a filmar a nossa cidade.-----

-----Ainda hoje em Barcelos é conhecido pelos vários órgãos de comunicação social um conjunto de iniciativas inovadoras do executivo, algumas delas das que eu referenciei e muitas delas não referenciei por falta de tempo.-----

-----Estamos muito longe dos trinta e três anos de governação do PSD. Doze anos para construir umas piscinas municipais! Doze anos para construir umas piscinas municipais que, mal foram inauguradas, precisaram logo de reabilitação! Estamos muito longe desses tempos.-----

-----Estamos muito longe do tempo de uma PPP absolutamente ruinosa ou de um contrato da água que é muito claro para todos os barcelenses!-----

-----Estamos longe desses trinta e três anos.-----

-----Do ponto de vista do Partido Socialista, o que é fundamental é a relação que mantemos de extrema parceria com as Juntas de Freguesia, que permite hoje que se perceba que nas freguesias do concelho de Barcelos se vive com muita qualidade.-----

-----É hoje para nós evidente que o conjunto de políticas municipais para o Rio Cávado, para um conjunto de infraestruturas de educação para o nosso parque educativo, na área desportiva, na área social, e que são referências nacionais. É esta a maior imagem da estabilidade governativa que o Partido Socialista pode dar.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas deixava uma nota final, e esta nota não pode passar à frente:-----

-----Vai-vos cair, mais tarde ou mais cedo cairá em cada um de vós. Quando digo cada um de vós, politicamente. Valerá a pena falar do caso “Tutti Frutti”, “Moderna”, “Portugalense”, “Submarinos”, “Sobreiros”? Valerá a pena falar desses casos?!-----

-----É bom que se perceba...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Eu ia pedir ao senhor deputado para terminar a intervenção e aos senhores deputados para elevarem o nível de tolerância, eu acho que é bom para todos. Os senhores deputados fazem o favor de elevar o nível de tolerância democrática, o senhor deputado faz favor, tem quinze segundos para terminar a intervenção.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Terminarei, senhor presidente. Terminarei com esta nota: se calhar valia a pena falarmos do caso em concreto. Se calhar valia a pena falarmos do caso em concreto. Se calhar valia a pena falarmos deste caso em concreto para percebermos que, no momento em que nós permitirmos que a política seja judicializada, está em causa um pilar fundamental da democracia, que é o princípio da separação dos poderes. E o discurso populista que felizmente Rui Rio vai não tendo é o discurso populista que cairá mais tarde ou mais cedo em cada uma das bancadas, já caiu na maior parte das bancadas, nomeadamente de todos os partidos políticos aqui representados, e se calhar do Movimento Independente mais tarde ou mais cedo também.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra, pelo PSD, o senhor deputado Adélio Miranda. Faz favor, senhor deputado.-----

-----Eu apelava, mais uma vez, à calma e à tolerância dos senhores deputados, estas interferências só farão alongar a sessão, mais nada.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Senhor Presidente, Senhores

Deputados.-----

-----Na sua pessoa, senhor presidente, cumprimento todos os aqui presentes.-----

-----Ouvimos aqui fazer críticas exacerbadas à oposição, nomeadamente ao PSD.-----

-----Cabe a quem apoia o executivo dedicar as suas intervenções como nota predominante sobretudo ao enaltecimento da obra do seu executivo e não de forma sistemática a criticar e a quererem ensinar como se deve fazer oposição.-

-----O PSD tem feito e continuará a fazer uma crítica construtiva à atuação do executivo. Foi assim no passado, será assim no presente.-----

-----O PSD não recebe lições de como fazer oposição. Baliza a sua atuação pelos limites da legalidade e das normas Constitucionais da República Portuguesa.-----

-----Como nota final, o PSD quer deixar aqui bem claro que é solidário com todos, com todos, e com cada um daqueles que o corporizam e integram, nomeadamente com o seu líder, o engenheiro José Novais.-----

-----Quero aqui dizer com grande veemência que o PSD tem muito orgulho na obra de cada um dos seus autarcas, nomeadamente de quem presidiu e de quem preside à Junta de Freguesia de Macieira de Rates aqui mencionada.-----

-----Senhor deputado Manuel Mota, por mais investimento que façam em cada uma das freguesias do nosso concelho, nomeadamente naquelas que foram e continuam a ser lideradas por sociais-democratas, investimento esse que nós aplaudimos e que é uma vossa obrigação, nunca conseguirão ultrapassar a obra do PSD no nosso concelho quer no seu todo, quer em cada uma das nossas freguesias. O PSD deixou muita e boa obra que é visível a todos aqueles que aqui vivem e a todos os que nos visitam.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar este grupo de intervenções de três minutos, o senhor deputado do BTF, senhor deputado José Paulo Matias. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras, Meus Senhores, Senhores Deputados.-----

-----Em primeiro lugar, queria dizer ao senhor presidente da Assembleia Municipal, doutor Horácio Barra, que também não aceito facilmente lições de moral ou ética democrática. E posso-lhe dizer, senhor presidente, que aquilo que disse repito totalmente as palavras que disse. Do ponto de vista da deliberação da mesa de não permitir considero ilegal e antidemocrático.-----

-----Relativamente à questão que o senhor fez questão de ditar para a ata, pois eu também lhe vou dizer e quero que fique ditado na ata que ainda hoje um senhor presidente de Junta telefonou para um outro senhor presidente de Junta do BTF a dizer que se a votação fosse secreta votaria a favor da moção, não sendo secreta não votaria. Portanto, o senhor tem os seus conhecimentos, eu tenho os meus, nós também falamos uns com os outros, nós sabemos o que se passa! Portanto, senhor presidente, o que eu lhe quero dizer é que também não venho aqui falar só por falar. Falo com conhecimentos de causa e com situações concretas, em que os presidentes de Junta muitas vezes também têm as suas limitações do ponto de vista da gestão das suas expetativas e dos seus interesses. Não os critico por isso! Se o senhor reparar, o BTF habitualmente dá liberdade de voto aos seus presidentes de Junta, que por alguma coisa é!-----

-----Portanto, vamos entender-nos que quando uma votação é secreta as pessoas podem muito mais livremente manifestar a sua opinião séria e honesta, aquilo que sentem.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Portanto, aquilo que nós hoje aqui assistimos foi o coartar dessa liberdade do nosso ponto de vista. Respeito o seu ponto de vista, senhor presidente, mas quero também que respeite o meu.-----

-----Relativamente ao desafio que o senhor deputado Manuel Mota... ele não está aqui agora, ameaçou, insinuou, acusou e foi-se embora... Pronto, o que eu queria dizer é o seguinte:-----

-----Nós não vimos aqui julgar situações de justiça, nós não misturamos questões de justiça com questões de exercício do poder político. O que nós aqui pomos em causa é a gestão do nosso município, os interesses dos barcelenses que estão a ser prejudicados pela situação criada. É esta a nossa única questão, não é mais do que isso. Acredite que é este o nosso sentimento.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou este período dos sessenta minutos de antes da ordem do dia, vamos passar agora ao período de trinta minutos destinado à intervenção do público. Só temos duas intervenções, as intervenções são de cinco minutos conforme diz o regimento, e pela ordem que foi entregue pelos serviços da Assembleia há uma primeira inscrição do senhor Armando Ricardo Costa, de Perelhal. Se estiver presente faz favor de se aproximar do microfone, que de acordo com os serviços da Assembleia pretende fazer uma intervenção e presumo interpelação sobre a linha de muito alta tensão. Faz favor.-----

PÚBLICO – Armando Costa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Senhora Vice-Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caras Senhoras e Caros Senhores, os presentes e os que nos seguem pela Internet, em particular o Senhor Presidente da Câmara.-----

-----Chegados a agosto de dois mil e dezanove, eis que avançam os trabalhos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a construção da linha de muito alta tensão, no concelho. O teor da comunicação enviada pela REN aos presidentes de Junta das Freguesias afetadas dá o facto como consumado e é evidente a urgência na construção da linha apontando setembro de dois mil e vinte como a data de conclusão da fase da obra.-----

-----Também o município de Barcelos, apesar de ter tentado recentemente uma providência cautelar contra a passagem da linha, em desespero de causa, quem sabe para anestesiar os barcelenses em período eleitoral, parece assumir definitivamente a passagem da mesma no concelho. Se assim não fosse, no processo de revisão do PDM, não disponibilizaria as plantas com a descrição “Linha Muito Alta Tensão – traçado final”. Qual gato escondido com o rabo de fora!-----

-----Em dois mil e treze, a construção da linha de muito alta tensão foi-nos apresentada como um eixo da Rede Nacional de Transporte de Energia, entre Vila do Conde e Vila Fria B e a rede elétrica de Espanha, a quatrocentos quilowatts.-----

-----Em janeiro de dois mil e quinze, a Declaração de Impacte Ambiental já exclui a parte do projeto a norte de Ponte de Lima com a ligação a Espanha, avançando a outra parte do projeto referente à ligação entre Vila do Conde e Vila Fria B.-----

-----Nessa altura, caiu por terra a justificação da interligação às redes ibéricas ou transeuropeias. Percebe-se que este projeto é de âmbito nacional e que pode sofrer alterações, ou, quem sabe, suspenso ou até cancelado. Assim tivesse havido ou ainda venha a haver vontade política!-----

-----Mas quem terá a capacidade e o poder para acabar com este projeto que vai irromper pelo concelho de Barcelos, comprometendo a nossa saúde, o nosso ambiente, a nossa paisagem e o nosso património pessoal e colectivo?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A REN? Claro! Mas quem tem poder para condicionar e limitar a decisão da REN? O Governo e os decisores políticos.-----

-----Entre dois mil e treze e dois mil e dezanove, os executivos governamentais foram da responsabilidade política, primeiro do PSD/CDS e depois do PS, com o apoio, na Assembleia da República, do Bloco de Esquerda e do PCP/Os Verdes.-----

-----Não me parece difícil encontrar os principais responsáveis pela passagem da linha de muito alta tensão no concelho.-----

-----O PSD e o CDS estiveram no Governo entre junho de dois mil e onze e outubro de dois mil e quinze. Durante esse período foi efetuado o estudo prévio e elaborado o projeto, lançadas as consultas públicas para os estudos de impacte ambiental. O projeto sofreu uma evolução considerável. Quais foram as ações do PSD Barcelos, junto do vosso Governo, para afastar a linha de muito alta tensão de Barcelos? Nada. Mudos e quedos!-----

-----O PS governa, desde dois mil e quinze, com o suporte do Bloco de Esquerda e o PCP. Começemos por estes. Negociaram com o PS quatro orçamentos de Estado. Sabemos que esta era uma problemática local, que interessa apenas a alguns concelhos do Minho. Mas não foram os habitantes destes concelhos do Minho que elegeram os vossos deputados e vos permitiram apoiar no parlamento o Governo PS?-----

-----E o PS? A maior parte dos membros desta Assembleia foram eleitos em listas do PS. O que é que o vosso partido, no Governo desde dois mil e quinze, fez para evitar que a linha de muito alta tensão atravessasse o nosso concelho? Jogos de sombra carregados de hipocrisia e mentira!-----

-----Que dizer de um executivo municipal e de um presidente da Câmara que nunca encararam este processo de uma forma séria e que não focaram os seus esforços, no essencial: uma estratégia de concertação com os municípios



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vizinhos; a defesa do património particular para acautelar os interesses das pessoas mais carenciadas; na cooperação com as Juntas de Freguesia. A propósito, dirijo-me aos senhores presidentes de Junta, aqui presentes, perguntando-lhes se continuam com medo de um poder autárquico moribundo e confinado a quatro paredes ou se vão finalmente mobilizar as vossas populações para uma luta que agora é vossa e deles. O povo espera de vós a verdade. Se isto não é um problema que vos inquieta e vos convoca para a luta, o que mais terá que acontecer que provoque a vossa revolta e a vossa ira?-----

-----O presidente da Câmara fez tudo errado! Até menosprezou a comissão constituída, no âmbito da Assembleia Municipal, no anterior mandato, que fez um trabalho notável.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Desculpe só interromper, o senhor esgotou o seu tempo. Eu até agora tenho sido tolerante, mas a sua intervenção está completamente fora do regimento, que se destina a intervenção do público para pedir esclarecimentos. Mas, agora, eu vou permitir que termine a sua intervenção e espero que no final tenha alguma pergunta a fazer, porque senão aproveitou-se da intervenção para violar o regimento, o que a mesa não pode deixar passar.-----

PÚBLICO – Armando Costa – Agradeço a atenção, senhor presidente. Era essa comissão liderada pelo anterior presidente da Assembleia Municipal, Duarte Nuno Pinto, que no comício de encerramento da campanha eleitoral foi agraciado com a denominação do presidente da Assembleia Municipal que envergonhava o PS.-----

-----No atual mandato, o senhor presidente da Câmara demorou um ano a dar posse à comissão presidida por ele. Fê-lo um mês depois do despacho da DGEG a licenciar o projeto e enquanto foi presidida pelo senhor presidente pouca ou nenhuma atividade se conhece. Jogos de sombras! Um exemplo impar



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da “Paixão por Barcelos”!-----

-----Minhas senhoras e meus senhores,-----

-----Ninguém duvida que, de seguida, no primeiro ponto da ordem de trabalhos, vão esgrimir argumentos e tentar responsabilizar uns e outros pela passagem da linha.-----

-----Já não há inocentes. Uns são mais culpados, sem dúvida. Mas já que vão intervir a seguir, aproveitem para pedir desculpa aos barcelenses, em particular aos habitantes das freguesias afetadas.-----

-----Reconheçam que falharam rotundamente.-----

-----Reconheçam que não estiveram à altura da grande responsabilidade que é defender o concelho e aqueles que confiaram o seu voto em vós.-----

-----Primeiro deveriam estar sempre os interesses das populações e do concelho e só depois os vossos lugares insignificantes que perdem qualquer sentido ou utilidade quando o que está em causa é a maior ameaça ao concelho de que há memória.-----

-----Abandonaram as populações à sua sorte.-----

-----Senhor Presidente da Câmara, se outros motivos não houvesse para que se demitisse, para quem já se apresentou aos barcelenses com o *slogan* “Defender Barcelos”, este avanço da linha de muito alta tensão seria motivo mais que suficiente.-----

-----Por isso, a pergunta é: senhor presidente, de que é que está à espera? E de que é que estão à espera, Senhores Vereadores, especialmente os do PS?-----

-----Haja decoro e haja dignidade.-----

-----Tenho dito.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor Armando Costa. Peço desculpa, não sei quem falou, mas não podem interferir nos trabalhos da



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia. E para quem acabou de intervir, eu vou ler o artigo décimo segundo do regimento, que é para futuro, que é para eu não ter mais problemas desta natureza, que diz:-----

-----*“Um - O período de “Intervenção do Público” tem a duração máxima de trinta minutos.*-----

-----*Dois – Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar”.* Para esclarecimentos!-----

-----Senhores cidadãos presentes, não deputados, o regimento é para todos e estas intervenções do público não se podem transformar em manifestações político-partidárias, seja de quem for, porque senão está desvirtuado o princípio da Assembleia Municipal, que tem uma agenda de trabalhos, e porque esta intervenção deste cidadão não tem resposta possível de acordo com o regimento, porque não fez nenhum pedido de esclarecimento. Portanto, para o futuro, a mesa, com a tolerância que é conhecida, tem que obviamente atuar de outra forma porque vai exigir claramente que quem vem intervir aqui faça a intervenção cumprindo o regimento. Isto não é coartar as intervenções, é sim fazer respeitar as regras de funcionamento desta Assembleia Municipal.-----

-----E, continuando, temos a seguir a inscrição do senhor José Manuel Cunha, identificado como pertencente à Associação dos Utentes da Estrada Municipal Quinhentos e Cinco, de Remelhe, que vem falar precisamente sobre essa temática. Faz favor.-----

PÚBLICO – José Manuel Cunha – Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia.---

-----Cumprimento o Senhor e os seus Secretários e, na sua pessoa, todos os Membros desta Assembleia.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara em Exercício, restantes Vereadores, Comunicação Social, Público aqui presente e outros que nos



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguem via Web.-----

-----O meu nome é José Manuel Cunha, como já indicou o senhor presidente, estou aqui hoje como secretário e em representação da direção da Associação de Utentes da Estrada Municipal Quinhentos e Cinco, que até lhe chama alguns em tom de brincadeira a estrada de Remelhe.-----

-----A Associação de Utentes da Estrada Municipal Quinhentos e Cinco defende a sua requalificação nos moldes em que a mesma foi prometida fazer pelo Senhor Presidente da Câmara aquando da sua campanha política em Remelhe para as eleições autárquicas de dois mil e dezassete, em que disse, e passo a citar: *“Esta obra obriga a um grande investimento, pelo que o que podemos garantir é asfaltar a estrada...”*.-----

-----Dentro desta nossa atividade, temos vindo a colaborar com a Câmara Municipal em diversos aspetos no que a esta requalificação respeita como é do conhecimento do executivo e do público em geral.-----

-----No entanto, somos, como é expectável, solicitados e confrontados com utentes que constantemente nos questionam sobre a evolução dos trabalhos de requalificação da mesma. Por isso, nesta intervenção, pretendemos que o senhor presidente da Câmara em exercício informe esta Assembleia, os utentes da estrada municipal quinhentos e cinco e os cidadãos em geral qual o ponto de situação deste projeto.-----

-----Sabemos que em nove de março de dois mil e dezoito a Câmara Municipal deu início à reformulação do projeto de reabilitação aprovando, para o efeito, o programa preliminar e a equipa pluridisciplinar. Em vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito nesta Assembleia e perante a questão levantada por uma utente e sócia da nossa associação, em que solicitava ao senhor presidente da Câmara que informasse os cidadãos em geral de qual a evolução do processo, o senhor presidente da Câmara disse que seria feito o mais rápido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possível, que estariam a estabilizar todo o projeto, ressaltando as condições de segurança rodoviária a que o projeto obrigava e as condicionantes do mesmo, e que imediatamente passariam à fase de execução da obra, a qual, e passo a citar, *“garantidamente seria executada antes do final do mandato”*.-----

-----Senhor presidente da Câmara em exercício, o mandato está neste momento a meio, pelo que mais uma vez solicitamos que caso possua alguma informação nova ou relevante da evolução do processo a possa transmitir aqui a todos os cidadãos e utentes da estrada municipal que o faça.-----

-----Porém, mesmo que não tenha qualquer dado novo ou até relevante para nos transmitir, agradecemos que nos esclareça, por favor, o porquê da estagnação deste assunto que consideramos ser do ponto de vista da rede viária do concelho um dos mais importantes e que como compreenderá a espera sem qualquer evolução tornar-se-á incompreendida.-----

-----Unidos, garantidamente que conseguiremos atingir este grande objetivo. Por isso, continuaremos como até aqui disponíveis para colaborar com o executivo municipal, com os executivos das Juntas de Freguesia, com os utentes e demais pessoas ou entidades envolvidas.-----

-----Muito obrigado pela vossa atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor José Manuel Cunha. Eu iria perguntar à Senhora Vice-Presidente se, relativamente ao pedido de esclarecimento efetuado, quer fazer alguma intervenção.-----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Secretário, Caros Vereadores, Senhores Deputados, Barcelenses.-----

-----Senhor presidente da Associação de Utes da Estrada Municipal Quinhentos e Cinco, relativamente a esta situação não lhe vou acrescentar aqui mais informação do que aquela que o senhor presidente deu na última reunião



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui da Assembleia Municipal. Como sabe, o senhor presidente da Câmara está em plenas funções, é um pelouro que está com o senhor presidente, farei o levantamento e junto do senhor presidente darei conta desta preocupação e ser-vos-á respondida por escrito o mais brevemente possível.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora vice-presidente.-----

-----Terminamos este período de trinta minutos do público, passaremos à ordem do dia e começaríamos pelo ponto um, que eu iria pedir ao doutor Saleiro.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto um: Aprovação da ata da sessão de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, como é habitual, eu ia propor obviamente a dispensa da leitura da ata e ia perguntar quem é que se opõe, quem vota contra esta proposta faz favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovada a dispensa da leitura da ata por unanimidade.-----

-----Passaríamos à votação da ata!-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Esta ata foi assim aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos então ao ponto dois.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apreciação e votação das recomendações da Comissão Municipal de Acompanhamento do Processo da Linha de Muito Alta Tensão (LMAT), aprovadas em reunião de dezoito de setembro de dois mil e



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezanove.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Passaríamos então às intervenções, tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia.-----

-----Serei muito breve sobre este ponto que é uma espécie de relatório daquilo que a Comissão de Acompanhamento da Linha de Muito Alta Tensão tem feito. E dizer o seguinte:-----

-----Eu votei favoravelmente a constituição da comissão e nela participo. Mas não posso deixar que se semeie na opinião pública a ilusão que há igual responsabilidade e uma igual comunhão de esforços dos partidos políticos que a compõe.-----

-----Sem beliscar a seriedade política de todos os elementos desta comissão, terei de dizer que PSD e CDS tiveram e o PS tem em suas mãos a decisão política de pôr fim a este problema que tanto preocupa as populações afetadas.-----

-----Por isso, todos os partidos fazem parte da comissão mas nem todos têm a mesma vontade e nem todos têm a mesma responsabilidade.-----

-----E isto dizer ao cidadão que anteriormente interveio que nem todas as matérias o Partido Socialista se suporta no PCP. Há muitas matérias que se suportam noutros partidos, no qual o Partido Comunista é frontalmente contra.-----

-----E também lembrar esse cidadão, o senhor Armando Costa, que em tempos também ele foi deputado e também eu não lhe conheço um trabalho digno de registo sobre esta matéria.-----

-----As instâncias políticas locais e a comissão de acompanhamento têm abordado este problema em duas frentes: é a frente política, institucional, e a



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

frente judicial.-----

-----Sem desvalorizar os esforços e os resultados alcançados, estes têm-se revelado insuficientes atendendo que já foi emitida a licença para a construção do traçado.-----

-----Referir que contribuiu para isto a falta de peso político da Câmara Municipal junto do Governo, a acrescida e atual situação do presidente da Câmara que fragiliza a credibilidade política do executivo, e naturalmente também a ausência de palavra dos membros do Governo que dizem uma coisa e fazem outra.-----

-----Não deixa outra solução que não seja, por isso, o envolvimento da população na rejeição do traçado da linha de muito alta tensão, abrindo uma nova frente de recusa.-----

-----Era isto que eu queria dizer essencialmente, exige-se, por isso, a todos, nomeadamente à comissão municipal de acompanhamento, que sejam promotores de esclarecimento e mobilização da população. Só uma população esclarecida e mobilizada na defesa dos seus interesses poderá reverter esta decisão do Governo de atravessar o concelho de Barcelos com uma linha de muito alta tensão.-----

-----Porque não tenhamos dúvidas, esta linha de muito alta tensão só existe porque existiu e existe Governos que assim o querem.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Hugo Cardoso, do PSD. Faz favor, senhor deputado.--

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Muito obrigado.-----

-----Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara em Exercício, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal, Caros Presidentes de Junta e Caríssimo Público.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Grupo Municipal do PSD partilha das preocupações que as populações afetadas têm vindo a demonstrar. Estamos, de resto, solidários com as populações afetadas.-----

-----E também estamos apreensivos da forma como o processo tem sido conduzido.-----

-----Isto é um processo longo, é um processo que já atravessa dois mandatos aqui desta Assembleia Municipal, um processo complexo, com muitas datas, um processo com vários acontecimentos importantes que por vezes pode fazer com que as pessoas acabem por perder objetividade no debate político.-----

-----Mas ainda assim, chegados aqui, importa fazer um breve ponto da situação.-----

-----O PSD, em dois mil e quinze, aquando da contestação, parou o traçado e pediu novos estudos, mas o PSD já não é Governo desde dois mil e quinze. E mesmo depois de dois mil e quinze, já em contexto de oposição, o deputado Joel Sá acompanhou bem de perto este processo, interpelando inclusive membros do Governo em sede de comissão.-----

-----De resto, também respondendo aqui ao colega que me antecedeu do Partido Comunista, e que deixou a responsabilidade para cima do CDS, PSD e PS, dizer-lhe que não me lembro de que o PCP tenha incluído a linha de muito alta tensão em qualquer negociação com o Governo. Portanto, a responsabilidade penso que é de todos nós e a todos nós deve caber.-----

-----Mas trazendo aqui ao ponto em discussão, pela a análise da documentação existente, admitimos que a contestação que existe atualmente tenha sido feita por parte da Câmara Municipal administrativamente, o que lamentamos é que tenha sido feita por reação.-----

-----Pela documentação que existe, percebemos que existe uma contestação pela via judicial. De resto, este executivo é muito useiro em contestações



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

judiciais, mas mais uma vez por reação.-----

-----O que não aceitamos nem compreendemos é a razão pela qual não existe nem por ação nem por reação qualquer tipo de contestação política. E só o facto desta comissão se reunir – vejam bem! – para discutir formas de luta é sintomático da inoperância deste executivo. Tem de ser uma comissão de acompanhamento que vai discutir formas e medidas de combater o processo da linha de muito alta tensão, substituindo-se ao Governo.-----

-----De resto, também é justo que se diga que em duas semanas esta comissão presidida pelo atual presidente da Assembleia Municipal fez mais do que a mesma comissão num ano presidida pelo senhor presidente da Câmara.---

-----Estão em causa questões e problemáticas relacionadas com riscos ambientais, ecológicos, saúde pública e qualidade de vida das populações afetadas. Danos e riscos que não se compadecem com medidas de minimização e planos de monitorização, mas antes com estudos e se necessário com traçados alternativos que não prejudiquem o concelho de Barcelos e as suas populações.-----

-----E se falamos do concelho de Barcelos e da defesa da sua população sejamos claros, a contestação deveria e teria de ser feita em primeira instância pelo executivo municipal e pelo senhor presidente da Câmara. E relembro que o senhor presidente da Câmara esteve sempre mandatado para agir judicial e extrajudicialmente qualquer decisão relativa à implementação da linha de muito alta tensão. Não havendo contestação política por parte da Câmara Municipal, fica mais difícil a defesa das populações.-----

-----Esta comissão foi eleita em vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, tomou posse a quinze de maio de dois mil e dezanove, doze meses e alguns dias depois, tempo perdido sem que a comissão pudesse atuar ou participar do processo. Num processo como este, sejamos claros, um mês é muito tempo, um



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano é uma eternidade. É demasiado tempo para que não se faça nada, demasiado tempo sem saber o que estava a ser feito. Infelizmente este executivo em vez de agir reagiu aos acontecimentos.-----

-----Pergunto eu:-----

-----Quantas vezes reuniu o senhor presidente da Câmara com as Juntas de Freguesia?-----

-----Que ações, que influência política exerceu de facto a Câmara Municipal de Barcelos?-----

-----E já agora, senhores deputados do Partido Socialista, por que motivo o senhor presidente da Câmara em sede de comissão afirmou ainda antes de reunir com o senhor secretário João Galamba que a implantação da linha de muito alta tensão era inevitável.-----

-----Há alguma coisa que os senhores saibam que esta Assembleia também devia saber?-----

-----É que fica a ideia no meio disto tudo que o interesse partidário se coloca à frente do interesse das pessoas.-----

-----Não podemos tratar este assunto somente na esfera judicial.-----

-----Eu percebo que o senhor presidente da Assembleia na condução dos trabalhos da comissão peça sempre para que os membros da comissão atuem no sentido de resolver o problema e não de procurar o erro, mas, senhor presidente, se me permite, as pessoas não merecem ser enganadas porque isto não se resolve apenas na esfera judicial.-----

-----Vejam os senhores a atitude que o Partido Socialista teve, por exemplo, no aterro em Palme ou no processo dos caulinos em Vila Seca ou em Barcelos! Não foi a mesma atitude que teve com a linha de muito alta tensão!-----

-----Quando o PSD era Governo o senhor presidente da Câmara daquela cadeira, por diversas vezes, pediu aos deputados municipais para exercerem



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

influência junto do Governo. Nós, deputados municipais. E os senhores em pleno exercício de funções, segundo dizem, no executivo e com um Governo maioritariamente de maioria não resolvem a situação.-----

-----Este Partido Socialista e este executivo municipal infelizmente é forte com os fracos e muito fraco com os fortes.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. O público não se pode manifestar na Assembleia Municipal dessa forma. Apesar da liberdade de expressão, a lei estabelece alguns limites de intervenção. Lamento, a mim não me afeta, mas são regras de funcionamento.-----

-----Tem a palavra agora o senhor deputado José Faria, pelo BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Faria – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A linha de muito alta tensão não vai trazer qualquer benefício a Barcelos, vai trazer, sim, evidentes prejuízos tanto materiais como ambientais e, o mais importante, a saúde dos cidadãos que residam no perímetro do traçado.-----

-----Todos nós temos conhecimento dos malefícios que tal projeto representa para a saúde pública. A variadíssima informação científica que existe, repito, que existe, comprova tais evidências.-----

-----A avaliação feita pela APA não foi desenvolvida acautelando todos os interesses envolvidos, particularmente, a saúde e bem-estar das populações, de acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde.-----

-----Existem estudos publicados de várias fontes de autoridades científicas que demonstram que a exposição às radiações eletromagnéticas acarretam



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

graves patologias, com incidência nas do foro oncológico. Naturalmente que sendo este o mais preocupante problema de saúde pública, não podemos descurar as questões de natureza ambiental (hoje preocupação cimeira das populações ao nível planetário).-----

-----Por outro lado tal linha provocará:-----

-----Uma elevadíssima desvalorização do património no canal da linha e das suas margens até cem metros, visto que todo o corredor ficará ainda condicionado à criação de serventias, repito, à criação de serventias obrigatórias a favor da REN, como se a REN fosse o Governo ou o Estado deste país;-----

-----Impedimento de exploração de várias culturas agrícolas e florestais;-----

-----Violação flagrante do PDM aprovado recentemente pelos órgãos municipais, bem como pelas autoridades do Estado relativamente às cartas da RAN e REN e desrespeito pelas expetativas das pessoas com terrenos urbanizáveis;-----

-----Perigosidade da aproximação de habitações já edificadas. É verdade. A linha passa em certos sítios a menos de quarenta metros das habitações e noutros locais por cima das próprias habitações.-----

-----Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

-----Não obstante a aprovação de um documento de rejeição da linha, votado por unanimidade no executivo municipal e nesta Assembleia Municipal e, ainda, a criação de uma comissão de acompanhamento desta Assembleia em dois mil e dezasseis, foi necessário reforçar a intervenção de contestação; e, em dois mil e dezoito, foi criada nova comissão que tardiamente reuniu com um membro do Governo, não foi suficiente para travar a emissão da licença de construção, pois a dita licença já havido sido emitida, dois meses antes, com total falta de consideração pelo poder local e, pior ainda, faltando a compromissos anteriormente assumidos pelo poder central.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas, minhas senhoras e meus senhores, a bem da verdade dos factos, não podemos branquear a passividade demonstrada pelos representantes dos órgãos municipais nesta comissão, porque só um ano após a criação desta ter tomado posse, e logo passados dois dias reunir em Lisboa com o secretário de Estado responsável, que, diga-se em abono da verdade, não nos recebeu, recebeu-nos com duas pedras na mão e com uma arrogância e uma má educação que servirá de exemplo de como a população é tratada por quem exerce o poder, demonstra bem o tempo perdido durante um ano até à posse da dita comissão.-----

-----No entanto, há factos que nos deixam muitas dúvidas.-----

-----Numa reunião realizada neste auditório, no início deste mandato, com a presença do senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, bem como os líderes parlamentares e outros convidados, especialmente o maior defensor da construção da linha em representação da REN, alguém com responsabilidades políticas locais, falou de uma prendinha para Barcelos como contrapartida à passagem da já referida linha de muito alta tensão, à qual o senhor presidente da Câmara contrapôs, “não uma prendinha mas uma grande prenda”. Nós perguntamos: é legítimo? Qual foi o intuito?-----

-----Lamentamos e questionamos pelo facto de nenhum presidente de Junta nem membro da anterior comissão terem sido convidados para tal reunião dita importante, mas mantida nos segredos, nem aberta à comunicação social foi.----

-----Por isso, o Governo, através do seu secretário de Estado, teve todo o tempo do mundo e as mãos livres para decidir a seu belo prazer e a favor dos grandes interesses económicos.-----

-----Porém, que ninguém tenha dúvidas que a população de Barcelos, com a luta e solidariedade dos seus autarcas, rejeita liminarmente a construção da linha e tudo fará para impedir a ilegítima e injustificada pretensão da REN.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Do mesmo modo e na expectativa de que as instâncias judiciais atendam as razões invocadas na ação interposta, e não obstante a tomada de posse desta comissão tardiamente, nada estará perdido e tudo deverá ser feito na defesa dos superiores interesses de Barcelos e dos barcelenses.-----

-----Dirijo-me diretamente ao senhor presidente da Assembleia Municipal pelo facto de atualmente o senhor presidente ser neste momento o representante do município e por esse motivo presidente da comissão, lançando-lhe um apelo no sentido de ultrapassar todas as barreiras e constrangimentos, com a finalidade de lutar por todos os meios disponíveis contra a concretização deste atentado à qualidade de vida e da saúde das populações deste concelho. Falo em nome individual mas estou convicto que todos os restantes elementos desta comissão, bem como muitos cidadãos, estão disponíveis para lutar por quem é atingido diretamente mas também por todos os barcelenses, porque todos fazemos parte do mesmo concelho.-----

-----Por fim, resta-me dizer que nós apoiaremos e votaremos a moção que o Bloco de Esquerda vai apresentar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Agora tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o senhor deputado José Maria Cardoso. Faz favor.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite, mais uma vez.-----

-----Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Meus Senhores e Minhas Senhoras, Senhores Jornalistas, Público em geral que nos ouve e vê via *Web*.-----

-----Um esclarecimento prévio: nós obviamente que não apresentaremos moção porque isso teria que ser entregue por antecipação. E já agora pedia um esclarecimento ao senhor presidente da Assembleia, não lhe posso dizer



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afirmativamente que assim foi mas tenho dúvida, creio que da reunião que tivemos, na qual eu estive presente não fazendo eu parte da comissão mas em substituição do meu camarada, eu fiquei com a ideia que havia um ponto em que se dizia apelar à participação dos barcelenses, e esse ponto, sim, é que ficou em aberto um acrescentado de texto, que era apelar aos barcelenses através de sessões de esclarecimento ou de outro tipo de ações. Portanto, ficou em aberto esse espaço e que me parece que foi retirado deste documento final. Gostava de um esclarecimento nesse sentido, se for possível.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – A comissão fez uma análise daquilo que podia trazer à Assembleia e do âmbito daquilo que é uma comissão de acompanhamento, e na reunião de líderes aquilo que foi conversado é de que poderiam ser acrescentadas sugestões. A comissão mostrou disponibilidade para fazer sessões de esclarecimento, conferências e outras diligências, mas gostaria de ter, para efeitos até interpretativos do que é o acompanhamento, o conforto desta Assembleia, deixando uma abertura de que qualquer contributo que fosse trazido pelos senhores deputados e pelos grupos municipais, no sentido de acrescentar a esta recomendação da comissão, obviamente será bem-vinda, porque a comissão está disponível é para trabalhar e para fazer tudo aquilo que for mandatada para fazer. Portanto, o senhor deputado se entender fazer alguma recomendação fará, eu depois porei à consideração da Assembleia, que eu penso que ninguém se oporá que essas recomendações sejam acrescentadas, e serão votadas. Penso que esclareci.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Não tinha essa interpretação, mas tudo bem. Assim, numa redação quase instantânea, proponho a que se acrescentado um ponto, uma alínea neste caso, que é precisamente o de apelar à participação dos barcelenses através de sessões de esclarecimento, debates ou outras iniciativas que se julguem oportunas vir a desenvolver. Portanto, um



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pouco nesta base enquanto texto, acho que faz sentido exatamente para ter, digamos, que uma preocupação da envolvência das populações a todos os níveis neste tipo de iniciativas que possam surgir. Portanto, a nossa proposta é nesse sentido precisamente para que fique contemplado um ponto que assinale esta envolvência.-----

-----Continuando:-----

-----Eu não queria de maneira alguma, nem quero, entrar em litígio e queria que interpretassem como mera opinião reativa àquilo que aqui ouvi da parte do cidadão que cá veio, legitimamente, expor a sua interpretação. Mas, muito sinceramente, enquanto Bloco de Esquerda, e aqui o que eu represento, senti uma certa ingratidão. Nós não queremos qualquer tipo de agradecimento por nada, mas pelo menos reconheça-se que há trabalho feito e que há trabalho de acompanhamento, que não é correto dizer-se “os interesses dos habitantes foram desprezados, foram abandonados”. Se porventura tem alguém a quem dirigir essa mensagem dirija-a objetivamente, não a englobe em tudo. Dizer-se que o Bloco de Esquerda aprovou orçamentos não contemplando a rede de alta tensão, peço desculpa, mas é de uma demagogia profunda. Um orçamento não é propriamente um caderno de encargos, tem ou não tem alta tensão, tem ou não tem, como às vezes dizem, o hospital de Barcelos, como o PSD gosta muito de dizer. Portanto, é utilizar aqui uma manobra, pura e simples. Um orçamento de Estado é, digamos, todo um conjunto de itens que fazem parte por diferentes motivos e nos quais existe acima de tudo um sentido estrutural do que é apresentado. Estrutural político. E é isso que nós defendemos e que viemos a defender, não querendo dizer que estejamos de acordo com as posições do Governo. E diga-se de uma vez por todas frontalmente, até porque o Governo já está a terminar o mandato, se não foi assimilado até agora, dificilmente será. Mas, diga-se, que nunca houve nenhum Governo com o apoio



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Bloco de Esquerda. Houve um Governo com o acordo de incidência parlamentar sobre um conjunto de pontos e esse foi cumprido na íntegra. Portanto, não nos imputam responsabilidades que não existem.-----

-----Para além disso, que houvesse um conjunto de expetativas geradas a partir da formação de uma comissão de acompanhamento eu até acho legítimo que possa ter acontecido. Agora, percebe-se quais são as competências e o limite dessa comissão de acompanhamento. Isto é uma questão de decisão governamental. Que há necessidade de haver pressão a partir da autarquia e que se calhar em alguns casos houve um período de tempo muito longo em que essa pressão não existiu, perfeitamente de acordo. Aliás, já agora, referir que estas comissões de acompanhamento foram sob proposta do Bloco de Esquerda e elas existem e existiram no anterior mandato sob proposta do Bloco de Esquerda. Por isso, sinto-me de certa forma, enquanto politicamente falando, ofendido com estas declarações que aqui foram proferidas.-----

-----Já agora também digo, há três/quatro semanas ou algum tempo atrás estive em Perelhal, freguesia mais afetada, e ninguém da comissão de acompanhamento se dignou comparecer para colocar alguma questão que fosse.-----

-----Foram feitas imensas perguntas ao ministro, foram inclusive apresentados projetos de resolução sobre esta questão, e há um acompanhamento permanente que não pode ser negado. E não é dizer que foi abandonado ou que não houve qualquer tipo de acompanhamento que é a realidade ou que possa transmitir alguma realidade que seja. Peçam responsabilidades com todo o direito a quem as devem e a quem as tem com certeza, mas saibam reconhecer que há aqui uma luta que nunca deixou de estar presente nem nunca deixará de estar presente, porque consideramos uma justa luta e reivindicação. Portanto, este aspeto parece merecer da vossa parte



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou da parte do cidadão que proferiu estas declarações pelo menos algum reparo sobre esse aspeto. Portanto, esclareçamos bem o ponto de vista de cada um e as responsabilidades de cada um.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Este tema da linha de muito alta tensão é obviamente uma situação muito complexa, muito difícil, e curiosamente aquilo que se assistiu aqui nas intervenções anteriores foi toda a gente a tentar sacudir a água do seu capote, na verdade ninguém tem responsabilidade nenhuma, conseqüentemente só há um responsável: é o PS, seja no Governo, seja na Câmara Municipal.-----

-----Portanto, é uma falácia que realmente importa desmontar e contribuir aqui para o esclarecimento dos barcelenses, apesar de haver alguns cidadãos, com todo o direito, que adotam posturas e atitudes absolutamente populistas e que não contribuem para as soluções, antes sim, apenas e só, para veicular, digamos assim, as suas insatisfações, e que têm todo o direito, mas que, repito, não contribuem para as soluções. E nós estamos aqui para tentar contribuir para as soluções.-----

-----O que é que a Câmara Municipal tem feito desde o princípio?-----

-----O Partido Socialista, antes de mais, tem estado contra este projeto desde a primeira hora. Não há nenhum partido nesta Assembleia que tenha feito mais do que o Partido Socialista na contestação política a esta linha. E estou a falar ao



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível de Barcelos, naturalmente. E se alguém fez mais que venha aqui demonstrar que fez mais, mas não fez – ponto um.-----

-----Ponto dois – A Câmara Municipal exerceu, e está aqui neste documento que a comissão de acompanhamento que aprovou aqui recomendações, que são cinco recomendações, por unanimidade, julgo eu, dos membros dessa comissão, que por sua vez é constituída por todos os partidos aqui representados e incluindo também o Movimento Barcelos Terra de Futuro. Portanto, isto significa uma coisa: que estavam nesta reunião, todos estiveram de acordo em aprovar esta recomendações e certamente que estas recomendações não são vazias de conteúdo, porque senão nenhum dos partidos estaria disponível para as apoiar.-----

-----Portanto, o Partido Socialista e os outros partidos estão unidos naquilo que é essencial: que é lutar contra este projeto. Obviamente que sim. Agora, atravessar pessoas à frente dos camiões não foi até agora adotado como estratégia. Certo? E, portanto, aqui as cinco recomendações que eu acho que importa ler no seu essencial basicamente reiteram aquilo que já foi deliberado aqui há um ano e meio atrás nesta Assembleia: rejeição do traçado de passagem do canal de muito alta tensão previsto no licenciamento. Licenciamento esse que a Câmara Municipal contestou no tribunal, há uma ação pendente, estamos obviamente a aguardar porque, como todos vocês sabem, a Câmara Municipal não tem o poder de ir ao tribunal e dizer para o tribunal tomar uma decisão – primeiro ponto.-----

-----Segundo ponto – A Câmara Municipal recentemente, em reação àquilo que foi a emissão da licença de construção da rede, interpôs uma providência cautelar no tribunal precisamente. Mas isto não é só uma reação judicial, isto tem obviamente subjacente uma posição política, porque se a Câmara Municipal estivesse de acordo não ia meter uma ação no tribunal a contestar e



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a pedir a paragem da obra. O que o tribunal fez foi aceitar a providência cautelar. Neste momento a REN não pode avançar com nada, mas o tribunal ainda vai decidir sobre o resultado dessa providência cautelar. Portanto, mais uma medida concreta, objetiva que o executivo municipal, como é sua obrigação, em cumprimento daquilo que tem dito, que está contra o projeto, fez para defender Barcelos e os interesses dos barcelenses.-----

-----Depois, esta comissão nesta reunião decidiu também *“Recomendar à Câmara Municipal de Barcelos que continue (leia-se o que está aqui, quer dizer, que já tem estado a fazer isso), em representação do município, por todos os meios processuais e designadamente com os processos pendentes e outros que julgar adequados, a opor-se à construção da linha e na impugnação da Declaração de Impacto Ambiental”*. Portanto, “continue”, quer dizer que a comissão reconhece que a Câmara Municipal tem estado a trabalhar nisso.-----

-----*“Terceiro ponto – Enviar ao Governo, à REN, à APA e à Assembleia da República o teor desta votação e proposta”*. Muito bem, porque é verdade que o anterior secretário de Estado, Jorge Seguro Sanches, tinha assumido um compromisso que o novo secretário de Estado, João Galamba, não cumpriu. E isto custa-me dizer porque são secretários de Estado do meu partido, mas também é verdade que este projeto foi iniciado no Governo anterior, portanto, atravessa mais do que um Governo. Como sempre, as decisões difíceis vão recair sempre entre PSD e PS. Já sei, eu já estou habituado a ouvir que o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista obviamente não apoiam o Governo atual, obviamente não apoiam, exceto na devolução de rendimentos, no apoio aos trabalhadores, eu sei disso, eu já estou habituado a isso. Portanto, todas as decisões polémicas, e esta eu estou à vontade para dizer porque estou totalmente contra ela, mas eu já sabia que o Bloco de Esquerda e o PCP neste aspeto nunca apoiaram o Governo e pouco faltou para lhe apresentarem uma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

moção de censura por causa do projeto.-----

-----“Alínea d) – Apelar a todos os barcelenses para que, entretanto, se abstenham de negociar com a REN quaisquer cedências de terrenos, a qualquer título e para instalação de estaleiros ou infraestruturas”. Isto é importante porquê? Porque vão sendo postas a circular, e acredito que não sejam verdadeiras no seu conteúdo, notícias de que sessenta e tal por cento dos terrenos já foram vendidos. Ora, é evidente que isto enfraquece por dentro a luta política, porque se nós e a Câmara Municipal sobretudo está a tentar contrariar, e a comissão de acompanhamento, e muitos deputados que aqui estão com muito mais trabalho feito do que eu próprio e não tenho nenhum problema em reconhecê-lo, estão a tentar combater um projeto e depois no terreno a REN vem e diz “Ó amigos, já está aqui tudo. Nós já temos os terrenos, vamos avançar”, é óbvio que é de todo o interesse que os cidadãos não se disponham a vender os terrenos à REN.-----

-----E depois, finalmente, apelar à própria REN para suspender qualquer execução da obra, mas isto é daquelas recomendações que nós já sabemos qual é o resultado dela.-----

-----Portanto, o que vale aqui é efetivamente ações concretas que neste caso não dispensam o recurso à via judicial para travar o projeto e obrigar a REN a refazer o projeto. Ouvi aqui o PSD dizer que deveria haver traçados alternativos, mas não diz quais.-----

-----Portanto, só para terminar, é fácil contestar genericamente, é mais difícil apresentar propostas concretas como contestar com eficácia. Porque os barcelenses o que esperam não é retórica, esperam é coisas concretas, não é só do executivo, mas é de quem critica o executivo. Porque quem critica o executivo tem que dizer como o faria e até agora não ouvimos nada sobre isso.--

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----la perguntar aos senhores deputados se alguém quer inscrever-se para uma segunda intervenção de três minutos. Alguma inscrição para a segunda intervenção de três minutos?-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Joel Sá, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhora Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Público, Comunicação Social, todos aqueles que nos seguem via *Web*.-----

-----Eu não tinha intenção de fazer uma intervenção neste ponto, mas isto chega de demagogia, de enganar os barcelenses.-----

-----Eu tive a oportunidade de acompanhar os processos na Assembleia da República durante a última legislatura e aquilo que ao longo dos anos fui dizendo e fui alertando é que a Câmara Municipal tinha que agir em tempo útil e não é andar a enganar as pessoas de que o assunto se vai resolver. E o que nos deparamos hoje é a inoperância da Câmara Municipal, que nada fez durante este período. A Câmara Municipal nada fez, senhor deputado, é um facto, eu acompanhei o processo. A Câmara Municipal nada fez e esteve conivente com toda esta situação que eu denunciei ao longo de todo este período. Os senhores presidentes de Junta e a população que foram à Assembleia da República reunir com a Comissão do Ambiente e a Comissão de Economia ouviram-me dizer isto. Portanto, chega de enganar as pessoas, a Câmara Municipal foi negligente neste processo, arrastou o processo, até que a REN tem uma licença na mão para poder executar a obra. E mais uma vez a Câmara Municipal agora quer reagir com processos judiciais quando a decisão está tomada. Tinha que agir e tinha que tomar ações antes da empresa ter a licença.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Governo do PSD, senhor deputado, quando contestado por Barcelos sobre essa linha, anulou essa linha e mandou elaborar um novo traçado. E esse novo traçado que está em vigor foi apresentado pelo senhor presidente da Câmara de Barcelos. Todos nós sabemos que o traçado que conhecemos foi o senhor presidente da Câmara de Barcelos que o apresentou em Lisboa! Não vale a pena enganar as pessoas e andarmos aqui com retóricas! Já chega das pessoas serem enganadas! Andamos com discursos muito bonitos. Aquilo que acontece é que a Câmara Municipal durante um ano nada fez. A comissão anterior ainda fez alguma coisa com o senhor presidente da Assembleia Municipal. Esta comissão presidida pelo senhor presidente da Câmara nada fez, esteve um ano sem tomar posse. O secretário de Estado emite a licença, passado um mês dá-se posse a correr para depois se reunir e dizer que se faz alguma coisa. E agora estamos a reunir processos em tribunal para dizer que fazemos alguma coisa e para tentar enganar as pessoas a dizer que a Câmara Municipal está a fazer alguma coisa. E há aqui uma comissão que faça, porque a Câmara Municipal nada fez. É isto que está em causa. Portanto, não agimos durante um ano e tal, a Câmara Municipal não quis saber, o processo decorreu, ao contrário do que dizem aqui, o senhor ministro durante os quatro anos sempre disse que a linha era uma inevitabilidade relativamente ao processo, que ela tinha que passar, respondeu-me a mim várias vezes em sede de comissão do parlamento. É verdade que o senhor secretário de Estado disse coisas diferentes, mas o senhor ministro sempre disse, há gravações concretas sobre isso, senhor deputado. Não vamos cá iludir, há gravações relativamente a esta situação. A A/vinte e oito, a moção que o CDS apresentou na Assembleia da República foi aprovada e que a REN estudou a A/vinte e oito. Não é agora andarmos a empurrar para os outros. É o que é que nós fizemos, o que é que a Câmara Municipal de Barcelos fez para que isso fosse feito?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Portanto, é só este esclarecimento aqui, que chega de enganar as pessoas, neste momento temos um facto consumado, temos a empresa com uma licença na mão e vamos andar a correr atrás do prejuízo. Lamenta-se aquilo que não foi feito. Naturalmente o PSD está solidário e tudo vai fazer para que se possa reverter isto. Temos a consciência de que é difícil porque nada foi feito. Uma empresa que tem uma licença na mão vamos reagir depois? Câmara Municipal do Partido Socialista, Governo do Partido Socialista nada fizeram, não tiveram capacidade política, não tiveram influência política para o fazer? Total incapacidade como demonstram neste e em todos os outros processos. Lamenta-se que a Câmara Municipal esteja nesta situação e que os barcelenses paguem a fatura da vossa inoperância.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora o senhor deputado José Faria, do BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Faria – Senhor Presidente da Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos, incluindo a Senhora Vice-Presidente da Câmara.-----

-----Eu só vinha aqui para acrescentar duas pequeninas coisas. Primeiro, eu gostaria de propor, se fosse possível, que o âmbito da comissão fosse alargado e não fosse só uma comissão de acompanhamento, porque uma comissão de acompanhamento faz-me lembrar algumas coisas desagradáveis. Que tivesse um âmbito mais alargado se possível, que fosse uma comissão de luta, que nos desse a possibilidade, e ninguém está aqui a falar de ir para a frente dos camiões, apesar de eu já ter estado à frente de muitos camiões, eles estavam parados mas estive à frente de muitos. Portanto, não me assusta ir para a frente dos camiões, conheço bem essa luta, mas não defendi isso. Portanto, eu



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gostaria que, se fosse possível, o âmbito desta comissão fosse alargado. E reconheço que dentro do executivo municipal também há vários vereadores que defendem que deve ser tudo feito para que a linha de muito alta tensão não passe por Barcelos, e isso eu registo.-----

-----Quanto à questão dos terrenos, eu queria dizer que é verdade que a REN tem usado uma chantagem de não comprar os terrenos mas condicioná-los, ameaçando os proprietários de que quando for declarado o interesse público eles serão expropriados e no lugar de receberem o dinheiro que eles propõem atualmente receberão muito menos ou terão que ir para tribunal discutir o preço da expropriação.-----

-----Também confirmar, e posso confirmar, que a linha de muito alta tensão que estava prevista transfronteiriça termina para já em Barcelos. Não está licenciado o trajeto até Ponte de Lima, de Ponte de Lima para Monção e Espanha não está mesmo licenciado de todo nem há estudos, está parado. Isto informações de pessoas de lá.-----

-----Queria dizer que houve má-fé do atual secretário de Estado e da Direção Geral de Geologia e Energia, houve má-fé, para além da má educação houve má-fé, porque a gente quando estava lá, quando os membros da comissão estavam lá, e o senhor presidente da Assembleia Municipal também utilizou o argumento jurídico, eles negaram-se a dar os documentos dos vários estudos de impacto ambiental alternativos, dizendo que aquilo era propriedade intelectual de quem fez os estudos. Reparem até onde chega a pouca-vergonha dos senhores que usam o poder em Lisboa! Usam e abusam! Com o apoio da Direção Geral de Geologia e Energia, porque foi essa que emitiu a licença, não foi o secretário de Estado. O secretário de Estado apenas foi, digamos, um pombo-correio para chegar lá, contrariando aquilo que disse o anterior secretário de Estado, Jorge Seguro Sanches, numa Comissão de Economia, que



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse que não havia muita pressa porque as linhas sustentavam para já tudo o que era necessário, que nada seria feito sem o apoio e a consulta das autarquias e o acompanhamento das autarquias. Afinal, de nada valeu. Dá-me a impressão que esta afirmação dele custou-lhe o lugar. É lamentável.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Boa noite, mais uma vez.-----

-----Na pessoa do Senhor Presidente, se me permitir, cumprimento todos os presentes.-----

-----Duas coisas que importa dizer ao momento e que servem para complementar o que disse há pouco.-----

-----Há bocado o senhor Faria colocava aqui a discussão numa perspetiva interessante: para quem serve esta linha e a quem se destina. E na verdade nós percebemos hoje cada vez mais, até porque estamos a falar da REN, com o poder que tem, económico e até político sob um ponto de vista de intervenção e de interferência com muita gente, que esta linha, que inicialmente foi apontada como sendo internacional, com uma ligação a França, depois era o circuito Ibérico, e hoje se percebe cada vez mais, aliás, dito pelos responsáveis da própria REN, hoje empresa privatizada pelo Governo PSD/CDS, até por um capital chinês maioritariamente de uma empresa estatal, dizer que cada vez mais se percebe que é para um escoamento de um plano nacional de barragens, algumas delas já em discussão, e para um aumento substancial da captação de energia hídrica e que é posto muito em causa até pelas alterações que provoca na própria construção das barragens. Portanto, é este interesse que está aqui em causa, não é propriamente para beneficiar as populações, não é para trazer nenhum benefício enquanto custo final, por exemplo, do consumo da



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eletricidade.-----

-----Dizer, por outro lado, que é verdade que há aqui alguma responsabilização da parte do executivo atual. Não é admissível que a comissão de acompanhamento, que eu também concordo que se possa transformar numa comissão de luta, portanto, dar-lhe uma abrangência maior, a comissão de acompanhamento foi criada a vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, tomou posse a treze de maio de dois mil e dezanove, um ano e um mês sensivelmente, e no dia quinze de maio está a ir a Lisboa para receber a notícia de algo que era um licenciamento que já tinha sido atribuído no dia vinte e sete de março. Aqui a bota não bate com a perdigota. Há aqui qualquer coisa que não está certo. E pelo menos é legítimo colocar em questão a veracidade de todos estes factos de uma forma assim tão natural e tão simples. É legítimo que se pense que há aqui algum tipo de interesse mais ou menos oculto. E por isso estas situações também terão que ser tratadas de uma forma muito mais clara, até porque foi hábito do senhor presidente da Câmara sempre ter consigo o poder de decisão sobre muitas destas situações, aconteceu a mesma coisa com a água, por exemplo, e no ato de negociação vê-lo sempre como uma espécie de ocultação do próprio negócio, melhor dizendo, o segredo é a arma do negócio, quando estamos a tratar de questões de ordem política, de representatividade em termos políticos e cargos de execução pública, em que o negócio não pode ser visto assim. Portanto, há aqui alguma desconfiança.-----

-----Para terminar, parece que a luta tem que ser travada em três frentes: uma frente política, na qual de maneira nenhuma aceito esta resignação trazida pelo PSD, dá a impressão que está feito, não é preciso fazer mais nada, portanto, não há resignação, antes pelo contrário; uma frente jurídica, que acho muito bem que se trave e que se tenha, nomeadamente através daquilo que já hoje se falou, a providência cautelar aceite, a ação pendente; mas também de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma frente social. O Bloco de Esquerda chamou a atenção que é fundamental criar-se movimento social nas populações, nomeadamente naquelas que são mais afetadas hipoteticamente em termos de passagem do canal. E a partir daí criar essa frente, esse movimento social, não propriamente de apelo, não posso concordar com o apelo à abstenção ou o apelo ao voto nulo ou em branco ou qualquer coisa que seja, mas como movimento social tem uma importância decisiva, até porque todos estes acordos têm sempre um princípio, que é a chamada a paz social, que se for posta em causa deixa muitas dúvidas e muitas questões.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar este período de intervenções, tem a palavra o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Boa noite, novamente.-----

-----Antes de mais, as minhas desculpas para o senhor deputado Joel Sá porque realmente reconheço que me excedi no diálogo, não me custa fazê-lo.---

-----Agora, indo direto ao conteúdo, no conteúdo dizer que quem o ouve aqui, e por isso é que realmente confesso que não me consegui conter, mas responsabilidade minha, quem o ouviu aqui poderia pensar, obviamente que não pensou porque percebeu-se facilmente o que é que pretendia fazer, poderia pensar que o deputado Joel Sá fez tudo, tudo, mas tudo para impedir o projeto. E realmente só faltou o executivo municipal dar ali um empurrãozinho e estava o assunto resolvido. Alguém acredita nisto? Acho que não. Não sei se até o próprio deputado Joel Sá, não me leve a mal, não sei se acredita. Eu pessoalmente, rotundamente, não acredito como é óbvio. E vem aqui com retórica quando este projeto foi lançado no seu Governo que o senhor apoiou, do primeiro-ministro Passos Coelho, e que o desenvolveu, não há dúvida, e eu aqui disse-o, e volto a dizer, que é evidente que se a responsabilidade



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

governativa tem sido alternada entre o PS e o PSD é óbvio que as decisões boas e más essencialmente têm sido tomadas por PS e PSD. Neste caso concreto é uma decisão que eu discordo completamente. Discordo no Governo PSD, discordo no Governo PS, não tenho problemas em dizê-lo.-----

-----Também acho que ainda não foi demonstrado de uma forma inequívoca qual é o interesse público, o interesse social, o interesse económico, efetivo, deste projeto. Eu também já o disse e até já o escrevi aqui há tempos. Portanto, continuo à espera desses esclarecimentos. E é evidente quando não há esses esclarecimentos nós temos o legítimo direito de duvidar. Pronto, é assim...-----

-----Agora, dizer que houve falta de transparência da parte da Câmara Municipal?! Ó senhor deputado José Maria Cardoso, não compreendo. A Câmara Municipal sempre partilhou com toda a gente aqui o que é que estava a fazer. Aliás, muitas das ações que tomou são judiciais, são públicas por natureza. Portanto, dizer que a Câmara Municipal ocultou ou deixou de ocultar francamente não me parece politicamente, digamos, rigoroso, para ser simpático na palavra.-----

-----Em suma, eu também estou de acordo que as populações de uma forma ordeira, de uma forma cidadã contestem, se não estão de acordo contestem, porque todos juntos, quantos mais formos, mais possibilidades temos de travar isto. E aí concordo com o deputado José Maria Cardoso e discordo, mais uma vez, do deputado Joel Sá, desculpe lá, mas tem que ser. Isto não acabou, nós não podemos atirar a toalha ao chão.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Tentando interpretar um pouco aquilo que é, digamos assim, o sentimento geral, e penso que nesse aspeto estamos todos de acordo, para além do documento que é submetido a votação e que é um documento



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acabado, que não pode ter alterações nesta medida, se ninguém se opuser incluiríamos na votação uma recomendação vinda desta Assembleia para a comissão e para o executivo municipal para apelar à participação dos barcelenses através de sessões de esclarecimento, conferências e outras ações que envolva os cidadãos neste processo na defesa obviamente dos interesses das populações atingidas, dos interesses do concelho e na defesa da saúde pública. Eu penso que isto terá a abrangência suficiente para haver um consenso na Assembleia, se ninguém se opuser a que seja acrescentada na deliberação esta recomendação da Assembleia à comissão e ao executivo. Eu perguntava se alguém se quer pronunciar sobre isto ou se é pacífico acrescentarmos isto.-----

-----Relativamente à outra questão que foi aqui colocada de alterarmos o âmbito da comissão, eu lamento mas isso extravasa completamente a ordem de trabalhos e, portanto, hoje isso não pode ser aprovado, o que não significa que não possa esta Assembleia de uma forma soberana vir a alterar isso num futuro muito próximo.-----

-----Porquê?-----

-----Porque está fora da ordem de trabalhos e não se pode apresentar na ordem de trabalhos uma proposta que não esteja incluída na ordem de trabalhos.-----

-----Portanto, não havendo qualquer oposição, nós iremos votar este documento da comissão com esta recomendação que eu acabei de resumidamente ler e que será uma adenda na deliberação.-----

-----Portanto, tudo de acordo, tudo esclarecido, penso que não há dúvidas, passaremos à votação!-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Então esta recomendação da comissão, com esta adenda de recomendação da Assembleia Municipal ao executivo e à comissão, está aprovada por unanimidade.-----

-----Passaríamos ao ponto três da ordem de trabalhos.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privativo municipal de uma parcela de terreno com a área de mil, quatrocentos e noventa e cinco metros quadrados, sita na Rua Pena do Picoto (Loteamento do Picoto), freguesia de Macieira de Rates.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Então passamos à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Passaremos ao ponto quatro.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte relativas às receitas municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Participação no IRS e Derrama.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, Comunicação Social, Caro Público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via *Web*.-----

-----A proposta apresentada pelo executivo municipal para a fixação de taxas a cobrar no ano de dois mil e vinte relativamente ao IMI, à participação no IRS e Derrama, mereceu diferente apreciação e sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD. Esse mesmo sentido de voto vai de encontro com aquelas que foram as propostas que a Coligação Mais Barcelos apresentou aos barcelenses, na campanha eleitoral, relativamente a esta tributação.-----

-----No que à Derrama diz respeito, o nosso voto é favorável à proposta apresentada pelo executivo municipal, na medida em que a mesma se encontra enquadrada no que o PSD propõe para esta tributação.-----

-----Já relativamente ao IMI, assim como à participação no IRS, somos de opinião que o executivo municipal tinha condições para apresentar uma proposta no sentido da diminuição da carga fiscal que incide sobre os barcelenses, tal como acontece em vários concelhos a nível nacional. Os executivos municipais desses concelhos utilizam a diminuição da carga fiscal como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentado do seu concelho, nomeadamente para a fixação de população jovem e criação de condições de atratividade e competitividade relativamente a outros concelhos.-----

-----De acordo com a Lei das Finanças Locais, os municípios têm direito a ficar com cinco por cento da coleta líquida de IRS dos seus cidadãos. Existindo, contudo, a possibilidade de prescindirem dessa mesma taxa, ou de parte dela, devolvendo-a aos contribuintes que residam na sua área territorial.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Há cerca de dez anos foram apenas sessenta e quatro municípios nacionais que abdicaram de uma parte da sua comparticipação em IRS; há cinco anos foram noventa e um municípios a abdicar; em dois mil e dezoito foram cento e vinte e nove municípios; e em dois mil e dezanove foram já cento e trinta e dois municípios a abdicar de toda, ou parte, da sua comparticipação no IRS, em favor dos seus cidadãos. Denota-se assim que, de ano para ano, tem-se vindo a assistir a um aumento do número de municípios que abdicam de alguma da sua comparticipação em IRS. Com esta proposta, apresentada pelo executivo municipal, os barcelenses continuam a ficar num grupo, cada vez mais restrito, de portugueses que terão de esperar ainda mais tempo por essa devolução ao nível do IRS, saindo assim penalizados no seu rendimento disponível.-----

-----Para agravar, tudo isto ocorre numa época em que, contrariamente ao que tanto se quer fazer crer, os dados publicados pelo INE mostram, claramente, que em Portugal continuamos com a carga fiscal no seu máximo histórico e a bater sucessivamente *records* de carga fiscal nos últimos anos. No ano de dois mil e dezasseis a carga fiscal suportada pelos portugueses representou cerca de trinta e quatro ponto um por cento do PIB. No ano seguinte, dois mil e dezassete, bate-se novo *record* e passa-se para uma carga fiscal de trinta e quatro ponto quatro por cento do PIB. Com o ano de dois mil e dezoito a ser sinónimo de novo *record* de carga fiscal suportada pelos portugueses, representando esta cerca de trinta e cinco ponto quatro por cento do Produto Interno Bruto. Neste cenário, somos de opinião que um alívio da carga fiscal sobre os barcelenses era importante, possibilitando a devolução de uma parte significativa dos rendimentos às famílias do nosso concelho.-----

-----Até porque, nos últimos anos, fruto de uma maior dinâmica no setor da construção e das avaliações efetuadas aos imóveis, têm sido marcados por uma elevada subida das receitas de IMI arrecadadas pelo município de Barcelos. Se



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no exercício económico de dois mil e nove a receita de IMI situava-se nos cerca de seis ponto cinco milhões de euros, nos últimos anos essa receita cifra-se já nos cerca de dez milhões de euros/ano.-----

-----Claro que surge aqui a questão clássica do Partido Socialista:-----

-----“Mas com a descida da receita fiscal que propõem como podemos realizar, e financiar, as obras e os projetos que tanto reclama o PSD para Barcelos?”.-----

-----Poderiam, e deveriam, fazer um maior, e melhor, aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis para o financiamento dessas obras e desses investimentos. E já aqui vimos, por diversas vezes, que muito existe a fazer no município de Barcelos nesta área, dada a escassez de projetos apresentados e a baixíssima taxa de execução ao nível dos fundos comunitários, que o município de Barcelos apresenta comparativamente com outros municípios aqui nossos vizinhos.-----

-----Poderíamos também aliviar a carga fiscal que incide sobre as famílias barcelenses, sem ter de abdicar da realização de obras importantes para o concelho, se atuarmos ao nível da despesa. Com a redução e eliminação das despesas supérfluas do município, e são várias, como é o caso das despesas com assessorias e avenças, que têm aumentado significativamente nos últimos anos, e sem que daí resultem ganhos relevantes para o município de Barcelos.-----

-----Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PSD votará a favor na proposta relativa à Derrama, mas votará contra nas propostas relativas à taxa de IMI e à participação no IRS, dando a natural liberdade de voto aos seus presidentes de Junta e de União de Freguesias.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra agora a senhora deputada Sara Magalhães, do BTF. Faz favor, senhora



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputada.-----

DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite.-----

-----Cumprimento toda a Mesa desta Assembleia na pessoa do Senhor Presidente.-----

-----Cumprimento todo o executivo na pessoa da Senhora Presidente em Exercício de Funções.-----

-----Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões, Queridíssimo Público, Caríssima Comunicação Social.-----

-----O executivo camarário, em reunião de Câmara de vinte de setembro, deliberou e aprovou a fixação das taxas a cobrar em dois mil e vinte relativas às receitas municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Participação no IRS e Derrama.-----

-----O executivo submete, agora, à apreciação e votação desta Assembleia a cobrança das receitas municipais para o ano de dois mil e vinte, nos termos seguintes:-----

-----Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, a Câmara Municipal propõe que se mantenha a taxa de zero vírgula trinta e cinco por cento para prédios urbanos, bem como a redução de taxa quando incida sobre os prédios urbanos destinados à habitação permanente, para agregados com um número de um, dois e três ou mais dependentes;-----

-----No IRS propõe a Câmara manter a taxa de participação de cinco por cento sobre a coleta de dois mil e dezoito;-----

-----E quanto à Derrama a lançar será, novamente, de um vírgula dois por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento, gerado na área geográfica do município das entidades coletivas que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, cujo volume de negócios se situe



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no valor igual ou acima dos cento e cinquenta mil euros.-----

-----Hoje, o grupo do BTF reitera o já exposto pelo seu vereador, Domingos Pereira, aquando da discussão sobre esta temática na referida reunião de Câmara.-----

-----Assim, o BTF defende como defendeu há um ano no debate deste tema, que embora fizesse sentido reduzir as taxas a cobrar no próximo ano, dois mil e vinte, particularmente a taxa de IMI e a participação no IRS, não podemos deixar de pensar no futuro.-----

-----Este executivo ainda não conseguiu resolver todos os problemas da concessão das redes de água e saneamento. Este executivo ainda não conseguiu resolver todos os problemas da PPP. Este executivo já assumiu compromissos orçamentais para os próximos anos.-----

-----Temos a consciência que ao diminuir, agora, a receita do município seria uma política imprudente e inalterável.-----

-----Na verdade, gostaríamos de seguir o exemplo de vários concelhos a nível nacional que utilizam a diminuição da carga fiscal como parte da estratégia de desenvolvimento sustentado do seu concelho, tal como mencionou o senhor deputado Alexandrino Ribeiro.-----

-----Temos a perfeita consciência que uma política de diminuição fiscal seria um alívio para os barcelenses e um incentivo para atrair a população mais jovem a afixar-se na nossa cidade.-----

-----Mas é por responsabilidade deste executivo, é por má gestão municipal que hoje não podemos seguir o exemplo dos concelhos que optaram por estas soluções, nomeadamente, no que concerne à taxa de IMI, por alargar o conjunto de beneficiários da sua redução, ou, no que concerne à participação no IRS, prescindir dessa mesma taxa e devolvê-la aos seus munícipes.-----

-----Minhas senhoras e meus senhores, a verdade é que os barcelenses estão



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a “pagar as favas” deste executivo. E a pergunta que todos deveremos colocar, hoje mais que nunca, é: até quando continuarão a pagá-las?-----

-----É, pelo exposto, que votaremos favoravelmente a presente proposta.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra agora o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Muito boa noite.-----

-----Senhor Presidente, e cumprimento todos os presentes.-----

-----Por economia de tempo, passo então a algumas considerações.-----

-----Já como é clássico da parte do senhor deputado Alexandrino Ribeiro, só alterou um bocadinho o tom da minha voz, mas não creio que costumo falar assim, mas, de qualquer forma, veio aqui dizer o costume.-----

-----Eu acho que aquilo que era responsável, rigoroso e credível era vir aqui dizer assim: “O PSD é a favor da redução do IMI. O PSD é a favor que a taxa de IMI seja xis, em vez de ser zero vírgula trinta e cinco por cento”. Isso vai ter um impacto nas contas da redução da receita porque, se for para os zero trinta por cento, como eu, enfim, atrevo-me a pensar que poderia ser, estamos a falar de uma redução de receita de um vírgula três milhões de euros. O que é que em concreto, não é vir aqui com assessorias e essa conversa que os barcelenses ouvem, entra a cem, sai a duzentos. Senhor deputado, mentalize-se disso, entra a cem e sai a duzentos, porque é demagogia pura. Portanto, o que era credível é vir dizer: “Bem, este um vírgula três milhões de euros nós iríamos poupar, iríamos cortar, não iríamos fazer tantas transferências para as freguesias, o que seja...”. O Partido Socialista e este executivo e este presidente da Câmara tiveram sempre uma posição e uma política fiscal que tem sido absolutamente coerente, estável e de baixos impostos, como já vou demonstrar.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em relação à participação no IRS, qual é a taxa que o PSD propõe que se pusesse? E qual é o impacto que isso tem na receita do município e como é que compensava isso?-----

-----O senhor deputado que é tão bom em contas, e é, nada a dizer sobre isso, certamente tem essas contas, mas se calhar não é conveniente vir aqui mostrá-las, porque se calhar não sustenta a sua tese que vem para aqui genericamente dizendo que cento e trinta e dois municípios abdicaram do IRS ou de parte do IRS. Muito bem. Quer dizer que cento e setenta e seis municípios não abdicaram de parte nenhuma. Ainda são a maioria. Mas a tendência, pelos vistos, é para haver mais municípios a abdicar. Muito bem, legítimo, cada município tem a sua política fiscal.-----

-----Agora, há uma coisa que eu sei, Barcelos tem de IMI zero trinta e cinco por cento; um vírgula dois por cento de Derrama e isenção para as empresas com menos de cento e cinquenta mil euros de faturação; e cinco por cento de participação no IRS.-----

-----Vou-lhe dizer que Braga tem igual apenas o IMI, zero trinta e cinco; no IRS é a mais baixa, quatro ponto vinte e cinco por cento; e depois na Derrama é um e meio por cento, é mais alto. Portanto, é mais baixo num imposto e é mais alto noutro imposto. Depois é uma questão de fazer as contas, como diria alguém.-----

-----Guimarães, zero trinta e cinco no IMI, igual a nós; cinco por cento no IRS, igual a nós; um e meio por cento na Derrama, superior a nós. Portanto, Guimarães tem uma carga fiscal superior.-----

-----Famalicão, que vocês gostam tanto de trazer aqui o exemplo de Famalicão, até me surpreende que não o tenha feito hoje, tudo igualzinho a Barcelos. Está a ver? Está certo. O meu trabalho de casa está certo.-----

-----Viana do Castelo, que é também um município que é do Partido



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Socialista, o que é que tem? Um e meio por cento de Derrama, mais alto que nós; cinco por cento no IRS, igual a nós; zero trinta e sete no IMI, superior a nós. Portanto, quer dizer que comparativamente com o quadrilátero não há nenhum município com carga fiscal mais baixa que Barcelos, os outros têm mais alta, e o município que se compara mais com Barcelos aqui perto fora do quadrilátero, eu estou a falar do quadrilátero porque toda a gente aqui compreende que são os municípios em dimensão que estão mais próximos de Barcelos. Eu não estou a comparar com Lisboa ou com o Porto. A seguir vai querer que compare com Vieira do Minho ou com Celorico de Basto que são municípios que eu adoro, que acho fantásticos, mas que obviamente não são comparáveis com Barcelos. Se quiser compará-los, muito bem, eu respeito essa sua posição, mas acho que está a fazer uma comparação errónea e eu acho que os barcelenses, mais uma vez, sabem avaliar.-----

-----E depois não posso deixar aqui de ler uma passagem da declaração de voto do senhor vereador António Ribeiro, que tem estado hoje até bastante ativo, que me apraz registar aqui. Disse ele na sua declaração de voto no executivo: *“O Partido Socialista há dez anos que vem publicitando a diminuição dos impostos e taxas e isso aconteceu uma vez há dez anos”*. Ou seja, há dez anos que os impostos são mais baixos. Senhor deputado, muito obrigado pelo elogio. Eu acho que o executivo municipal não podia ter um elogio mais independente, mais rigoroso e mais sintético, porque acho que há frases que realmente valem por si e esta frase diz tudo. Realmente este executivo municipal entrou, baixou os impostos e manteve-os baixos, manteve-os estáveis.-----

-----Dizem os especialistas em política fiscal, e ali o senhor deputado Alexandrino Ribeiro poderá confirmar ou não, que a estabilidade fiscal é uma das vertentes mais apreciadas pelos investidores, porque é isso que atrai



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento. E atraindo investimento, atraí empresas. E atraindo empresas, isso é o que conta para fixar pessoas.-----

-----Senhor deputado, veja que os municípios, a maior parte deles, destes cento e trinta e dois que o senhor aqui falou, são do interior do país, que fazem tudo por tudo para tentar atrair pessoas e infelizmente não conseguem. Não conseguem porquê? Porque precisam de empresas que criem empregos. Esta Câmara apostou desde sempre na baixa da Derrama para atrair empresas, consequentemente empregos e consequentemente, até ver, os empregos significam pessoas. E, portanto, é dessa forma que se tem estado a trabalhar, com resultados, senhor deputado. Eu sei que pode não ser do seu agrado, mas é com resultados.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----la perguntar para o segundo período de inscrições de três minutos se algum senhor deputado se quer inscrever.-----

-----Faz favor, senhor deputado Alexandrino Ribeiro.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo e ao Público.-----

-----Só para mostrar que o senhor deputado Nelson Brito ainda tem que fazer um bocadinho mais os trabalhos de casa.-----

-----Há municípios do litoral bem perto de nós com taxas bem abaixo de nós, eu vou-lhe dar dois exemplos. Claro que o senhor deputado escolheu os municípios que lhe davam jeito fora do quadrilátero. Escolheu Viana, por acaso é um município gerido pelo Partido Socialista, talvez não seja o melhor exemplo. Olhe, vou-lhe dar, novamente, e já há um ano atrás lhe dei, o município de Esposende. Concorda que não será interior?! Esposende tem zero por cento de



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Derrama, cinco por cento de participação no IRS, zero ponto trinta no IMI. E vou-lhe dar outro também bem do interior que você bem conhece, que é Póvoa de Varzim. Também é interior!... Pois não. Mas você disse que os municípios do interior é que tinham taxas mais baixas. Olhe, Póvoa de Varzim tem zero por cento da Derrama, não é interior, é litoral; tem quatro por cento de participação no IRS; e tem zero ponto trinta e sete de IMI. Ou seja, veja, zero por cento de Derrama abaixo de nós; quatro por cento de participação de IRS bem abaixo de nós, tem ali duas décimas acima de nós. Ou seja, a sua teoria que é o interior que tem taxas baixas cai por terra, porque temos aqui a Póvoa de Varzim que não tem esse problema e tem taxas bem abaixo de nós.-----

-----Era só para esclarecer esta situação e para mostrar que podemos jogar com os números e com os concelhos que nos dão mais jeito e aqueles que nos dão menos jeito deixar para o outro falar, não é?-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Senhor deputado Nelson Brito, pretende fazer a intervenção? Prescinda.-----

-----Não há mais inscrições, passamos à votação e vamos fazer votações individualizadas!-----

-----Vamos começar pela parte que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis, o IMI, em que é fixada a taxa de zero trinta e cinco para os prédios urbanos e ainda a redução do IMI que incide sobre os prédios urbanos destinados a habitação permanente em vinte, quarenta e setenta euros para famílias com um, com dois ou com três ou mais filhos, respetivamente. É isto que faz parte da proposta.-----

-----Portanto, eu ia perguntar:-----

-----Quem vota contra?-----

----- (Catorze do PSD)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quem se abstém?-----

------(Três: dois do BE, um do PCP)-----

-----Logo esta proposta na parte relativa ao IMI foi aprovada por maioria com catorze votos contra e três abstenções.-----

-----Passaríamos agora à parte correspondente à participação no IRS, a proposta é de cinco por cento.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Catorze do PSD)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Logo esta proposta foi aprovada por maioria com catorze votos contra e os demais a favor.-----

-----Proposta relativamente à Derrama que fixa em um vírgula dois por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento das entidades coletivas com volume de negócio igual ou superior a cento e cinquenta mil euros.-----

-----Quem vota contra?-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Passaríamos ao ponto cinco se ninguém quiser fazer declaração de voto.-

-----Faz favor, senhor deputado José Maria Cardoso.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Mais uma vez, na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes.-----

-----É uma justificação muito simples e linear a razão pela qual abstinemo-nos no IMI, tem a ver com aquilo que sempre dizemos, que o IMI pode-se tornar um imposto social com majorações e minorações. E isso deve ser feito enquanto



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalho da autarquia para não diminuir, não significa obrigatoriamente que tenha que alterar a taxa, significa que haja incidências diferentes em função até das rentabilidades atendendo a determinadas áreas, vários municípios fazem isto, ou em áreas específicas residenciais ou através dos rendimentos que tenham uma diferenciação e não uma taxa única aplicada no IMI. Achamos que isto é um trabalho que deve ser feito, já há longos anos que dizemos isto.-----

-----E já agora só para concluir, não se entre muito em demagogias com estes números e estas estatísticas e esta troca de galhardetes entre quem é que tem mais ou tem menos. Falar em participação de IRS, falar de IMI ou falar de Derrama são coisas completamente diferentes. Portanto, não importa quais os valores, se nuns lados são maiores ou menores, porque muitas das vezes nós podemos estar a tirar de um lado, o caso do exemplo que foi dado da Póvoa de Varzim, que na verdade retira às empresas e agrava as famílias. Portanto, independentemente dos valores, tenhamos cuidado com o que falamos, porque são impostos com graus de incidência e tipos de incidência diferentes.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Há mais alguma declaração de voto? Mais ninguém?-----

-----Passaríamos então ao ponto cinco.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a revogação da deliberação da Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove, relativa à proposta número vinte e seis, e a aceitação da transferência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro (Educação), em dois mil e vinte.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, por favor!-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP, faz favor.-----

DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Os motivos do PCP de rejeição das transferências de competências



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuam válidas e mantêm-se. Porque entendemos que este processo de transferência de competências para as autarquias confirma a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência dos encargos em áreas e domínios importantes, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e sobretudo às respostas dos problemas das populações.-----

-----Continuamos a afirmar que este processo de transferência de competências comporta vários riscos: desde a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de competências da administração central; a transferência dessas competências corre o risco de se transformar da demissão do Estado das suas responsabilidades; o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas; e agravar as desigualdades entre autarquias locais e fomentar a competição entre municípios. Riscos também de indefinição na execução de competências transferidas.-----

-----Por isso, tudo aquilo que dissemos há precisamente um ano, com uma moção que apresentámos sobre as transferências de competências, mantêm-se ainda hoje válidas.-----

-----Não entendemos, por isso, a proposta da Câmara Municipal de Barcelos de revogação da deliberação da rejeição de aceitação de competências na área da educação, até porque mantém na sua própria proposta a narrativa que sustentou essa mesma rejeição há cerca de três meses atrás.-----

-----Diz a Câmara Municipal que a lei de transferências de competências confirma a consagração do subfinanciamento do poder local e coloca sérios problemas à gestão das autarquias locais. Foi isso que disse há três meses quando propôs a rejeição desta aceitação e mantém na proposta agora de revogação.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mas sustenta a Câmara Municipal de Barcelos a sua mudança de opção dizendo que existem novos dados e elementos disponibilizados pela tutela. Ora, como não há qualquer esclarecimento sobre que dados e elementos são esses, o Partido Comunista solicita à Câmara Municipal que esclareça sobre o que é que está realmente a falar que implica uma mudança em tão pouco tempo de uma opção, neste caso agora de aceitação da transferência na área da educação.-----

-----Diz também a Câmara Municipal para justificar a marcha-atrás, digamos assim, que se torna imperativo a aceitação para a necessidade da organização do ano lectivo dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. Ora, é tão urgente, tão imperativo esta aceitação que caso não se concretize põe em causa a organização do ano dois mil e vinte/dois mil e vinte e um. O que é que mudou nestes dois ou três últimos meses quando não havia essa necessidade imperativa e agora, de um momento para o outro, essa necessidade é de tal maneira imperial que até caso não seja aceite põe em causa a organização do ano letivo que, como nós sabemos, deve ser sempre da responsabilidade do Governo e não da responsabilidade de qualquer Câmara Municipal?-----

-----Eram estes dois pedidos de esclarecimento que justificou a nossa intervenção, bem como continuar a afirmar a rejeição da transferência de competências e a série de problemas que traz para a gestão das autarquias locais, que já têm problemas de gestão naquilo em que têm competência, quanto mais acrescentando estas novas competências em áreas tão complexas como a saúde e a educação.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda. Faz favor, senhor deputado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Boa noite, senhor presidente, na sua pessoa cumprimento todos.-----

-----Muito rapidamente e de uma forma telegráfica dizer que ficamos espantados com esta mudança de posição da Câmara Municipal. Por razões várias, entre as quais, até porque convictamente votámos favoravelmente aquilo que foi até hoje apresentado pela Câmara Municipal como rejeição a esta delegação de competências, e hoje, perante uma situação destas, ficamos bastante admirados com esta alteração de posição. Não percebemos, não consigo entender, a formulação é exatamente a mesma que a anterior, a grande mudança foi na argumentação que ainda agora o Mário Figueiredo acabou de falar, sucedeu realmente em face dos novos dados, elementos entretanto disponibilizados.-----

-----Ó senhora presidente em exercício, neste caso até vereadora do pelouro em questão, estes novos dados, quanto me é dado saber, foi a pressão exercida pelo Governo central para que as autarquias, nomeadamente as do PS, aceitassem esta delegação de competências. Porque novos dados não temos praticamente nenhuns. Peço desculpa, mas não temos.-----

-----E dizer-se, por exemplo, há o argumento, que iniciou o ano letivo na decorrência porque não há uma coincidência, uma coisa é o ano civil, outra coisa é o ano letivo, e que o ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um se inicia aquando da vigência daquilo que for aceite ou não durante dois mil e vinte, isso já era conhecido o ano passado, não é nenhuma novidade. Essa situação estava contemplada e naturalmente já faria parte da opção a tomar no ano anterior. Sem dúvida alguma, e isto é que lamentamos, é que haja esta posição de uma certa desorientação.-----

-----Ainda para mais com um outro facto, estamos em ano de eleições. Nós não sabemos qual é o Governo e que tipo de posição é que vai ter sob um ponto



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de vista até desta dita descentralização a partir de outubro. Há aqui um lado de um certo aventureirismo da parte da autarquia ao aceitar uma situação da qual até há um desconhecimento, nomeadamente que tipo de transferências financeiras, de que forma vai ser contemplado. A própria delegação de competências não está exatamente descrita como é que é, sobre que áreas de domínio, muito sinceramente.-----

-----E este processo dito de descentralização, que não passa por ser mais do que uma municipalização de serviços, é extremamente perigoso. Se vier a generalizar, na maior parte das autarquias, vai provocar uma externalização de serviços, pura e simples. Aliás, já temos empresas na forja à espera disso. Eu ponho dúvidas, por exemplo, por um conjunto de atribuições, e não estou a pôr em dúvida o trabalho de ninguém na autarquia, ponho dúvidas se tem capacidade de resposta ao nível técnico e ao nível de escala para suportar um conjunto de novos serviços atribuídos através desta delegação de competências.-----

-----E agora, imagine, na grande maioria das autarquias do nosso país, cerca de oitenta por cento, são inferiores a cinquenta mil habitantes, que escala é que têm para conseguir ter estas competências atribuídas. Isto é muito perigoso e lamento imenso este recuo.-----

-----Até porque há aqui um processo que me parece importante discutir-se e que seja significativo, penso eu, vir a ser significativo no próximo mandato, que é o processo da regionalização e não termos estas, diria, perigosidades do serviço de municipalização.-----

-----Deixe-me terminar, até porque é a última intervenção que faço assumidamente, a não ser que haja alguma questão extemporânea, que este dado desta desorientação faz lembrar assim uma coisa do género de um presidente em exercício à distância cada vez mais distante da realidade e um PS



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preso ao presidente cada vez mais aprisionado a esta desorientação. É um bocadinho este o estado de situação da Câmara tal é a volta que dá num caso tão importante quanto é este e que é de todo incompreensível que o faça.-----

-----Rejeitamos liminarmente esta proposta que aqui está apresentada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra para intervenção o senhor deputado Manuel Ramião, do BTF. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – Manuel Ramião – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Digníssimo Público, Comunicação Social e todos aqueles que nos seguem via *Web*.-----

-----Decorridos somente três meses, celebrados exatamente neste dia, é pedido a esta Assembleia Municipal que dê o dito por não dito. Ou seja, invoca-se agora que a mesma revogue a deliberação e aceite a transferência da competência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro.-----

-----Ora, é sabido que neste mesmo lugar a Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove aprovou por unanimidade a não aceitação da transferência da competência prevista nesse mesmo Decreto-Lei (relativo à educação).-----

-----Esta mudança de paradigma causa ao BTF alguma estranheza. Sobretudo porque não vislumbra quaisquer *nuances* para que tal aconteça. De facto, os constrangimentos existentes são os mesmos que os de há três meses atrás. Nem mais, nem menos!-----

-----Mas a estranheza é ainda maior tendo em conta que foi a Câmara Municipal que deliberou em dezassete de junho propor a esta Assembleia a não



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aceitação da transferência prevista no Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, que agora quer revogar.-----

-----E foi ancorada na complexidade do processo de descentralização, no conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, no reduzido conhecimento em relação a matérias a transferir, nas condições e suas implicações.-----

-----Agora, para reverter isso, invocam-se novos elementos da tutela, bem como a organização do ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um.-----

-----Propor a inversão do sentido de voto a esta Assembleia é um jogo que não estamos dispostos a jogar. Perdoem-me a redundância. É irresponsável e leviana.-----

-----Sobretudo quando as respostas da tutela são pouco fiáveis e carregadas de incerteza. Não há acrescentos consolidados que alavanquem e justifiquem a mudança do sentido de voto.-----

-----E nem o Decreto-Lei número oitenta e quatro/dois mil e dezanove, de vinte e oito de junho – Capítulo Décimo, Alterações legislativas, artigo cento e oitenta e nove, Alteração ao Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro – de algum do seu articulado veio dar qualquer consistência à proposta feita agora pela Câmara, no domínio da educação, antes pelo contrário, veio responsabilizar e onerar cada vez mais as Câmaras Municipais. E não é coisa pouca!-----

-----A descentralização do país e a desconcentração dos poderes não pode, não deve ser tão-só uma mera conjugação de fatores.-----

-----Se é inquestionável a importância do papel das autarquias locais no desenvolvimento do país e das regiões, a partilha de responsabilidades entre a administração central e a administração local também o é.-----

-----Todavia, o Governo não dá qualquer garantia consistente que a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

delegação de competências tenha, nas diversas áreas, o cabimento orçamental necessário para responder aos compromissos, responsabilidades e encargos que as autarquias locais teriam que assumir.-----

-----E as competências que se querem atribuir não são de pouca monta. Passa para a competência dos municípios de, entre outras:-----

-----O fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário;-----

-----A gestão, funcionamento, conservação, manutenção e equipamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes;-----

-----A gestão e o funcionamento das modalidades de colocação de alunos junto de famílias de acolhimento e alojamento;-----

-----O recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente, de todos os níveis e ciclos de ensino;-----

-----A transferência do pessoal não docente com vínculo ao Ministério da Educação para os municípios;-----

-----O plano do transporte escolar;-----

-----O equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares;-----

-----As intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário;-----

-----A conservação e manutenção dos espaços exteriores incluídos no perímetro dos estabelecimentos educativos;-----

-----A segurança dos equipamentos educativos, e por aí adiante.-----

-----Acresce que não basta plasmar a autonomia pedagógica e curricular dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, a flexibilização curricular, o sucesso escolar, o papel da comunidade educativa, os projetos educativos e a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importância das parcerias, quando existe, infelizmente, um forte desinvestimento no ensino nos últimos anos, levando professores e funcionários à exaustão.-----

-----Diz o povo, e com razão: “Não se fazem omeletes sem ovos”!-----

-----Ora, não podem ser as autarquias a sustentar a ausência de verbas a transferir da administração central para o município, que se estimam em muitos milhões de euros e, por isso, com forte impacto nos orçamentos locais.-----

-----Assim, a proposta de dar o dito por não dito não é séria, antes leviana como atrás referimos.-----

-----Fala-se nos deveres dos municípios. E os deveres da administração central?-----

-----Importa salientar que:-----

-----A municipalização de competências nestas matérias não pode comprometer, de todo em todo, a igualdade no acesso às prestações inerentes às mesmas, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências;-----

-----A transferência de pessoal e equipamentos, se acompanhado de um financiamento insuficiente onerará os órgãos dos municípios com um esforço financeiro significativo;-----

-----Por fim, a municipalização destas competências do Estado tem em vista, fundamentalmente, o agenciamento da contratação e pagamento de pessoal, serviços e empreitadas, transformando os municípios em repartições administrativas de políticas nacionais.-----

-----Assim, pelas razões acima expostas e sobejamente sustentadas, o BTF, dentro do princípio da responsabilidade e coerência que o tem caracterizado, votará contra esta proposta.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A política, pelo menos para o BTF, deve ser feita com seriedade e não ao sabor das circunstâncias.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Renovo os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.-----

-----Relativamente à proposta da Câmara Municipal, a solicitar a revogação da deliberação da Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove, e a aceitação da transferência para o município de Barcelos, já em dois mil e vinte, das competências na área da Educação, permitam-me que comece por referir que o PSD é, por princípio, a favor da descentralização de competências. Mas a favor de uma descentralização de competências pensada, com um planeamento estratégico coerente e acompanhada de um envelope financeiro capaz de permitir às autarquias fazer face às novas competências a adquirir, de uma forma eficaz e eficiente.-----

-----Permitam-me também que lhes diga que, se existem setores complexos e polémicos ao nível da descentralização de competências, o setor da educação será, seguramente, um deles. Para além dos problemas e dificuldades relacionadas com o edificado, e às obras necessárias em algumas escolas, existe ainda o problema associado ao elevado número de recursos humanos que as autarquias terão de abarcar na sua estrutura. Obrigando, muito provavelmente, a alterações na própria dinâmica e organização interna dos municípios.-----

-----No caso concreto de Barcelos, estamos a falar de:-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Cerca de noventa e dois edifícios escolares que serão transferidos para o município;-----

-----E cerca de quinhentos e vinte e sete funcionários que entrarão nos quadros da autarquia, representando assim uma subida bastante significativa do número total de funcionários do município.-----

-----Tudo isto, representa um brutal aumento ao nível dos gastos municipais, com natural impacto no orçamento municipal de Barcelos.-----

-----As dúvidas que o PSD tem hoje são as mesmas de há três meses atrás: será que o envelope financeiro que acompanhará esta transferência de competências é suficiente para não serem criados desequilíbrios financeiros no orçamento municipal?-----

-----A proposta hoje apresentada pelo executivo municipal está longe de ser esclarecedora relativamente a esta questão. A proposta, que hoje discutimos e votamos, chega a dizer que a revogação da decisão de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove resulta “dos novos dados e elementos entretanto disponibilizados pela tutela”. Mas que dados? Mas que elementos? A proposta não especifica um único dado novo ou um único elemento novo que seja relativamente ao que a tutela eventualmente disponibilizou ao município. A proposta não apresenta nenhuma informação relativamente aos montantes financeiros que estão associados a esta transferência de competências.-----

-----Gostaríamos assim de deixar algumas questões, muito concretas, que esperamos que a senhora presidente da Câmara em exercício nos possa esclarecer:-----

-----O executivo municipal tem alguma estimativa de quanto será o impacto desta transferência de competências no setor da educação no orçamento municipal de Barcelos? Se tem, quanto é que é esse impacto?-----

-----O executivo municipal tem já alguma informação da tutela sobre a



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dimensão do envelope financeiro a transferir para o município de Barcelos para o mesmo suportar os custos associados a esta transferência de competências? Se sim, qual será a dimensão desse envelope financeiro?-----

-----Que obras se prevê executar ao nível da conservação e requalificação das escolas?-----

-----Para quando a retirada do amianto que ainda existe em algumas escolas do concelho de Barcelos?-----

-----Perante todas estas dúvidas; perante todas estas incertezas; perante todos estes avanços e recuos do Partido Socialista; perante toda esta indefinição do Partido Socialista; apesar do PSD ser, por princípio, a favor da descentralização de competências, não podemos votar favoravelmente esta proposta.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para terminar este período de intervenções, o senhor deputado Manuel Mota, do Partido Socialista.-----

DEPUTADO DO PS – Manuel Mota – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----É claro para nós as alterações que aconteceram nos últimos três meses.--

-----E é muito claro para nós e é muito importante que seja consciência de cada um dos deputados da Assembleia Municipal da responsabilidade que é votar contra a proposta do executivo municipal.-----

-----Ao contrário das outras delegações de competências, no caso concreto da descentralização da educação, ela não entra em vigor no início do ano fiscal, entra em vigor no início do ano letivo.-----

-----E o que nós estamos aqui a falar, espero que talvez não por acaso, a maior parte dos senhores deputados se esqueceu, é que se não entrar em vigor



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em setembro de dois mil e vinte, entra em vigor em janeiro de dois mil e vinte e um. E isto faz toda a diferença. E faz toda a diferença porquê?-----

-----Em primeiro lugar, porque foi criada, e este é o elemento novo, estava na lei, mas foi objetivamente criada, porque o município recebeu a comunicação da senhora secretária de Estado, a comissão de acompanhamento que é relevantíssima neste contexto. É esta comissão que permitirá que o único quadro, que nós não temos conhecimento do valor total de transferência, porque os outros estão estabilizados, do quadro de pessoal, das refeições e dos transportes, foram os mapas que foram aceites pelo município, que correspondem exatamente àquilo que é o conhecimento do município em relação a estas matérias, falta apenas o do património.-----

-----O município decidiu, e bem, a constituição de uma equipa multidisciplinar para fazer a avaliação do património na área da educação, já o tinha feito na área da saúde, já sabemos os valores da área da saúde, está a terminar o da educação, e permitirá, isto é que é muito importante na votação que vão ter a seguir, permitirá que o executivo municipal tenha neste período de tempo que medeia entre esta votação e setembro de dois mil e vinte, que o executivo municipal possa negociar em condições vantajosas, porque não está a assumir por circunstâncias inevitáveis em janeiro de dois mil e vinte e um, um património, como foi dito e bem, é muito elevado e com uma elevada despesa na sua reabilitação. Isso reconhecemos. Isso o município tem dados sobre isso. E é isto que é importantíssimo que tenham em consciência quando votarem. Ao votarem contra estão a votar contra a possibilidade de o executivo municipal negociar uma reabilitação do parque escolar do concelho que é extremamente importante. A alternativa é assumirmos sem demais, três meses depois, com as condições que forem impostas pelo Governo.-----

-----Muito obrigado.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Terminou este período de intervenções, a sua vice-presidente tinha pedido a palavra, faz favor.-----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigada, senhor presidente.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados.-----

-----Para dar aqui algumas justificações.-----

-----Primeiro, senhor deputado Alexandrino, não são noventa e dois edifícios escolares, são nove, porque todos os outros são responsabilidade já do município.-----

-----E depois um dado novo nesta questão que muito nos preocupava tem a ver com as obras da Parque Escolar, pela dimensão do edificado: Secundária Alcaides de Faria, Secundária de Barcelos, que não entram na transferência de competências. Portanto, são dois grandes edifícios que, em termos de manutenção, não trazem encargos para o município porque ficam na tutela da Parque Escolar.-----

-----Depois, dizer que efetivamente nós antecipamos esta questão três/quatro meses para termos possibilidade de negociação e podermos, como dizia há bocadinho noutras situações, e muito bem, fazer o melhor pelo nosso concelho negociando.-----

-----Relativamente aos recursos humanos, está estabilizado porque a base de negociação parte do investimento ou da despesa tida pelo Ministério no ano anterior. Portanto, o que nos compete a nós aqui negociar é manter essas bases que o Ministério assume que parte desse princípio, todos os dados, e o senhor vereador doutor Mário Constantino tem esse mapa, foram verificados já pelos senhores diretores de agrupamento e estão em sintonia com as despesas efetuadas dentro de cada agrupamento.-----

-----Depois, também nesta fase porquê? Porque já outros municípios, e se



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

olharem aqui à nossa volta, todos eles já assumiram de alguma forma a transferência de competências na área da educação. Nós devemos aqui na zona norte ser o único que no mapa ainda não assumimos. Aliás, ela foi feita em várias modalidades que vem desde dois mil e oito, de várias formas essa transferência foi ocorrendo.-----

-----Como sabe, tenho dialogado muito com os meus colegas vereadores e senhores presidentes de Câmara dos municípios vizinhos que assumiram essas transferências e chegamos à conclusão que é uma mais-valia fazer estas negociações do que assumir por imposição aquilo que o Ministério nos quiser dar. É a bem de Barcelos que damos este passo, conscientes de que teremos muito trabalho. Mas estes três meses é o suficiente para se poder negociar, porque senão em janeiro é imposto com o ano letivo a meio.-----

-----Portanto, é esta questão a bem de Barcelos, das nossas crianças, da nossa comunidade, dêem-nos a possibilidade de negociar porque de certeza que faremos o melhor por Barcelos.-----

-----Como?...-----

-----Mas entretanto surgiram esses dados da Parque Escolar, foram remetidos novos mapas, mas eu aí já não me posso pronunciar porque foram facultados. Portanto, é essa a questão, temos uma equipa multidisciplinar a trabalhar no terreno, a fazer o levantamento, para que depois, com dados mais assertivos, possamos exigir ao Ministério aquilo que é de direito dos barcelenses e das nossas crianças.-----

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora vice-presidente.-----

-----Eu ia perguntar, para um segundo período de inscrições de três minutos, se alguém quer fazer a sua inscrição.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Manuel Ramião, do BTF.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADO DO BTF – Manuel Ramião – Senhora vice-presidente, as respostas que foram dadas aí não me convenceram. E não me convenceram pelo seguinte:-----

-----O último decreto-lei que saiu foi o oitenta e quatro/dois mil e dezanove, de vinte e oito de junho, capítulo dez, alterações legislativas, e artigos correspondentes ao articulado. Nada diz quanto ao benefício disto tudo.-----

-----Repare, as próprias verbas não diz nada. Não diz nada, senhora vice-presidente.-----

-----Vamos endividar este município. Vamos endividar este município. Ainda vamos chegar ao ponto de constituir mais uma empresa municipal para a falência. Isto é uma vergonha! Senhora vice-presidente, é inaceitável que aceite uma coisa destas.-----

-----Depois de ter vindo aqui a esta Assembleia, há três meses atrás, pela Câmara, para esta Assembleia aprovar não entrar neste negócio, e agora vai-se meter nele? E as razões são as mesmas. O maior problema é que as razões são as mesmas! Não mudou nada! Mas como é, senhora vice-presidente? Diga-me! Olhe, eu devo-lhe dizer, a senhora não consegue convencer. Desculpa que lhe diga, mas não consegue convencer. É pena que assim seja, Barcelos vai andar para trás.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. A senhora vice-presidente fez-me sinal que queria fazer uma intervenção final. Faz favor.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – Eu volto a frisar que foram esclarecidos um conjunto de dúvidas que o município tinha, houve abertura para negociar até setembro do próximo ano, não condicionando aqui uma série de investimentos em Barcelos. E isto decorre também, como eu disse, da partilha de informação dos restantes municípios que estão nas nossas redondezas. E, portanto, é com base nisso, é com base na informação, com dados atualizados, para se negociar.



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aqui não estamos a dar nenhum cheque em branco, porque a transferência de competências só serão assumidas e penso que têm obrigatoriamente que passar novamente por este órgão em setembro, daqui até lá é para negociar.----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Passaríamos então à votação desta proposta!----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Catorze: onze do BTF, dois do BE, um do PCP)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

----- (Dezoito: dezasseis do PSD, dois do BTF)-----

-----Senhores deputados, esta proposta foi aprovada por maioria, tendo registado catorze votos contra e dezoito abstenções e os demais a favor.-----

-----Declarações de voto?-----

-----Faz favor, senhor deputado José Maria Cardoso.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite, mais uma vez.-----

-----Ó senhora presidente, os fundamentos que acabou de apresentar são tão válidos quanto não os ter apresentado, ou seja, não houve nada que concretizasse, nenhum aspeto que justificasse esta alteração. Muito sinceramente, não há.-----

-----Dizer-se que nós vamos negociar isto vale tanto quanto dizer que não vamos negociar nada, não há nenhuma garantia. E negociar com quem, senhora presidente?-----

-----Se nós estamos perante uma situação de iminência de um novo poder, de um novo Governo, então nós estamos a ver isto por antecipação? Desculpe, quem é que garante que a lei vai ser mantida? Quem é que garante que as situações vão ser mantidas? Então não há aqui um espaço de possível alteração a vários níveis? Quem é que garante neste momento, da parte do Governo, um tipo de negociação feita ao momento sobre o que quer que seja? Quem é que garante isso? Onde é que estão essas garantias?-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, permita-me a minha interrupção. O senhor deputado pediu intervenção para declaração de voto, eu agradecia que sintetizasse a declaração de voto.-----

DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Exatamente para justificar o nosso voto contra e só não voto mais vezes contra porque não posso e queria que isso ficasse registado em ata devidamente, porque na verdade é um passo muito perigoso que o município de Barcelos está a dar e que muito me entristece que o dê.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. É óbvio que fica tudo registado integralmente na ata desta Assembleia Municipal.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Paulo Matias. Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----A nossa declaração de voto é o seguinte:-----

-----Nós quando reunimos o grupo municipal para pensar neste assunto tínhamos determinada informação, determinados dados.-----

-----Hoje foram apresentadas aqui informações e dados que são diferentes daquilo que nós tínhamos.-----

-----Penso que isto demonstra um pouco o desnorte que anda na nossa Câmara Municipal. Ou seja, se houvesse informação corrente eventualmente o sentido de voto do BTF poderia ter sido outro. Não foi por não termos a informação suficiente, senhora vice-presidente.-----

-----Gostava de dizer isso aqui porque de facto eu hoje fiquei com dúvidas aqui, digo-lhe com franqueza. Mas tínhamos tomado uma decisão no grupo de votar contra, sabendo que isso nem tinha grande impacto, não é para



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obstaculizar qualquer negociação e qualquer processo, mas não podíamos votar a favor, ou abstermo-nos, sem termos decidido em grupo que era esse o nosso sentido de voto. Como o sentido de voto, quando reunimos, foi neste sentido por falta de informações que hoje algumas aqui foram dada, nós votámos desta forma.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Passaríamos à proposta número seis.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a nomeação do Auditor Externo – Empresa Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda. –, para efetuar auditoria externa às contas do município.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Passamos então à votação!-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar.-----

------(Quinze do PSD)-----

-----Esta proposta foi assim aprovada por maioria, não registou nenhum voto contra e quinze abstenções do PSD.-----

-----Passaríamos então agora à discussão das propostas sete a quinze, que o doutor Saleiro vai fazer o favor de ler sumariamente.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento contínuo de *catering* e afins no âmbito dos eventos organizados pelo



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

município;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de consultoria no âmbito dos fundos comunitários;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento de fruta escolar aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de disponibilização de Plataforma WEB de gestão de refeições, transportes escolares e inventariação do património escolar;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de geolocalizadores para a frota municipal;-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da Casa Ascensão Correia;-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da antiga Escola Gonçalo Pereira;-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a requalificação do Largo Dr. José Novais;-----

-----Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a construção do Canil e Gatil – Bem-estar e saúde animal.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Senhores deputados, inscrições, por favor!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Passamos à votação agora ponto por ponto, todos eles são pedidos de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, eu faria só a enunciação do tema:-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento contínuo de *catering* e afins no âmbito dos eventos organizados pelo município.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

----- Quem se abstém?-----

----- (Um do PCP)-----

-----Aprovado por maioria com uma abstenção do PCP.-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de consultoria no âmbito dos fundos comunitários.-----

----- Quem vota contra?-----

----- (Ninguém)-----

----- Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento de fruta escolar aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de disponibilização de Plataforma WEB de gestão de refeições, transportes escolares e inventariação do património escolar.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de geolocalizadores para a frota municipal.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Um do PCP)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

------(Ninguém)-----

-----Aprovado por maioria com o voto contra do PCP.-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da Casa Ascensão Correia.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da antiga Escola Gonçalo Pereira.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a requalificação do Largo Dr. José Novais.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abastem?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado também por unanimidade.-----

-----Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a construção do Canil e Gatil – Bem-estar e saúde animal.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Passaríamos agora também à apreciação em bloco das propostas dezasseis a vinte e eu ia pedir ao doutor António Saleiro para fazer o favor de as enunciar.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção da Estação Elevatória EE doze, na Rua do Rio Cávado, freguesia da Pousa;-----

-----Ponto dezassete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, sita no lugar da Piadela, freguesia da Lama;-----

-----Ponto dezoito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à legalização da ampliação e das alterações efetuadas num edifício industrial tipo III (fabricação de máquinas alimentares, de bebidas e de tabaco), situada na Rua da Aldeia Nova, número quarenta e quatro, União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália;-----

-----Ponto dezanove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à instalação de uma indústria tipo III (fabricação de todo o tipo de peças de cerâmica), localizada na Avenida Francisco Araújo Gomes, número quatrocentos e sessenta e dois, freguesia de Oliveira;-----

-----Ponto vinte – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício de apoio ao Parque Lagoas de Areias de Vilar, freguesia de Areias de Vilar.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.-----

-----Passaríamos então à fase de inscrições!-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não há inscrições?-----

-----Passaríamos à votação!-----

-----Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção da Estação Elevatória EE doze, na Rua do Rio Cávado, freguesia da Pousa.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto dezassete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, sita no lugar da Piadela, freguesia da Lama.-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Os senhores deputados que se abstêm?-----

----- (Um do PCP)-----

-----Aprovado por maioria com uma abstenção do PCP.-----

-----Ponto dezoito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à legalização da ampliação e das alterações efetuadas num edifício industrial tipo III (fabricação de máquinas alimentares, de bebidas e de tabaco), situada na Rua da Aldeia Nova, número quarenta e quatro, União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quem se abstém, por favor?-----

----- (Um do PCP)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção do PCP.-----

-----Ponto dezanove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à instalação de uma indústria tipo III (fabricação de todo o tipo de peças de cerâmica), localizada na Av. Francisco Araújo Gomes, número quatrocentos e sessenta e dois, freguesia de Oliveira;-----

-----Os senhores deputados que votam contra?-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Um do PCP)-----

-----Também aprovado por maioria com uma abstenção do PCP.-----

-----Ponto vinte – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício de apoio ao Parque Lagoas de Areias de vilar, freguesia de Areias de Vilar.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Passaríamos ao último ponto da ordem de trabalhos, ponto número vinte e um.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, senhores deputados!-----

-----Não há inscrições?-----

-----Então se não há inscrições, damos por terminada esta agenda, a senhora vice-presidente pediu-me a palavra e eu ainda iria fazer uma proposta final.-----

-----Faz favor, senhora vice-presidente.-----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente da Assembleia, se me permite, eu gostaria de fazer aqui uma pequena intervenção sobre aquilo que se passou no início desta reunião.-----

-----As moções que foram hoje aqui apresentadas sobre a situação em que se encontra o senhor presidente da Câmara, Miguel Costa Gomes, provocam alarme público desnecessário e contraproducente.-----

-----Compreendo a sua apresentação por razões de mera afirmação político-partidária, mas, convenhamos, destinam-se a criar alguns alarmismos quando o que necessitamos é serenidade e bom senso.-----

-----Serenidade para que a justiça possa fazer o seu trabalho.-----

-----Bom senso para podermos continuar a trabalhar por Barcelos e pelos barcelenses.-----

-----Todos conhecemos as circunstâncias em que o senhor presidente da Câmara se encontra, saibamos respeitar a sua dignidade enquanto presidente da Câmara, enquanto cidadão, bem como as decisões que legitimamente tomou ou que possa vir a tomar.-----

-----Assiste-lhe o direito constitucional de defesa e até transitado em julgado ninguém tem qualquer legitimidade para o condenar ou reprovar a sua conduta.-----

-----Eu e os meus colegas vereadores, assim como os senhores deputados, fomos todos eleitos para fazermos o melhor por Barcelos.-----

-----Por isso, parece-me que estes exercícios político-partidários são uma



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mera estratégia e formalidade política num regime democrático e plural.-----

-----O executivo municipal ao qual o senhor presidente da Câmara preside está a fazer o seu melhor para cumprir os compromissos assumidos com os barcelenses.-----

-----É nisso que estamos focados, no desenvolvimento do nosso concelho, no projeto do Partido Socialista que foi renovado em dois mil e dezassete.-----

-----Muito obrigada por esta oportunidade.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora vice-presidente.-----

-----Antes de terminarmos, eu ia propor à votação, como habitualmente, porque temos aqui propostas que é preciso dar execução imediata, de que a ata desta sessão fosse lavrada por minuta, ou seja, com o teor das propostas, com o resultado das votações, naquilo que se refere exatamente o artigo cinquenta e sete, números dois e três, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze.-----

-----Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar.---

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém?-----

------(Ninguém)-----

-----Está aprovada por unanimidade e a mesa, mais uma vez, agradece a vossa confiança.-----

-----Uma boa noite a todos, um bom regresso a casa, bom fim de semana.-----

-----A sessão terminou às duas horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezanove.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----



BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Horácio Barra)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)

-----Apensa-se a esta ata a moção do BE *“Porque não há Planeta B”*,
constituída por duas páginas, cuja referência é feita nas páginas trinta e um e
trinta e dois e a votação encontra-se inscrita na página trinta e quatro.-----



ÍNDICE

Ata nº 6 de 27 de setembro de 2019

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
06	Período de antes da ordem do dia
08	Comunicação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Barcelos
23	Moção de Censura do CDS-PP
35	Moção do PCP
46	Moção do BTF
59	Período de Intervenção do Público
67	Período da ordem do dia
67	Aprovação da ata da sessão de 27 de junho de 2019 (1º Ponto)
67	Apreciação e votação das recomendações da Comissão Municipal de Acompanhamento do Processo da Linha de Muito Alta Tensão (LMAT), aprovadas em reunião de 18 de setembro de 2019 (2º Ponto)
93	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privativo municipal de uma parcela de terreno com a área de 1.495 m ² , sita na Rua Pena do Picoto (Loteamento do Picoto), freguesia de Macieira de Rates (3º Ponto)
93	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas a cobrar em 2020 relativas às receitas municipais: Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Participação no IRS e Derrama (4º Ponto)
105	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2019, relativa à proposta n.º 26, e a aceitação da transferência prevista no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Educação), em 2020 (5º Ponto)
123	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a nomeação do Auditor Externo – Empresa Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda. –, para efetuar auditoria externa às contas do município (6º Ponto)
125	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento contínuo de <i>catering</i> e afins no âmbito dos eventos organizados pelo município (7º Ponto)
125	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de consultoria no âmbito dos fundos comunitários (8º Ponto)



BARCELOS
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

125	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços para fornecimento de fruta escolar aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo (9º Ponto)
126	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de disponibilização de Plataforma WEB de gestão de refeições, transportes escolares e inventariação do património escolar (10º Ponto)
126	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de geolocalizadores para a frota municipal (11º Ponto)
126	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da Casa Ascensão Correia (12º Ponto)
127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a reabilitação da antiga Escola Gonçalo Pereira (13º Ponto)
127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a requalificação do Largo Dr. José Novais (14º Ponto)
127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a construção do Canil e Gatil – Bem-estar e saúde animal (15º Ponto)
129	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção da Estação Elevatória EE12, na Rua do Rio Cávado, freguesia da Pousa (16º Ponto)
129	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, sita no lugar da Piadela, freguesia da Lama (17º Ponto)
129	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à legalização da ampliação e das alterações efetuadas num edifício industrial tipo III (fabricação de máquinas alimentares, de bebidas e de tabaco), situada na Rua da Aldeia Nova, n.º 44, União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo Santa Eulália (18º Ponto)
130	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à instalação de uma indústria tipo III (fabricação de todo o tipo de peças de cerâmica), localizada na Av. Francisco Araújo Gomes, n.º 462, freguesia de Oliveira (19º Ponto)
130	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na construção de um edifício de apoio ao Parque Lagoas de Areias de vilar, freguesia de Areias de Vilar (20º Ponto)
131	Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (21º Ponto)
132	Aprovação da ata em minuta